
LULA NO IMAGINÁRIO DO POVO: O ANTES E O DEPOIS

TÂNIA MARIA PAES

ROLIM DE MOURA, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS



TÂNIA MARIA PAES

LULA NO IMAGINÁRIO DO POVO: O ANTES E O DEPOIS

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Letras, oferecido pelo Departamento de Línguas Vernáculas do Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Dra. Maria Cristina Ramos Borges.

ROLIM DE MOURA, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

PAES, Tânia Maria.
Lula no imaginário do povo: o antes e o depois / Tânia
Maria Paes. Porto Velho, RO: UNIR/ Núcleo de
Ciências Humanas, 2013.
Orientadora: Dra. Maria Cristina Ramos Borges
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Rondônia.



Dissertação entregue à Coordenação do Mestrado Acadêmico em Letras da UNIR, no dia 17 de maio de 2013 para a obtenção do Título de Mestre em Letras.

Título: LULA NO IMAGINÁRIO DO POVO: O ANTES E O DEPOIS

Banca Examinadora:

Dra. Maria Cristina Ramos Borges
(Mestrado Acadêmico em Letras, presidente)

Dra. Sonia Maria Gomes Sampaio
(Mestrado Acadêmico em Estudos Literários, membro externo)

Dr. Júlio César Barreto Rocha
(Mestrado Acadêmico em Letras, membro interno)

Dra. Nair Ferreira Gurgel do Amaral
(Mestrado Acadêmico em Letras, membro suplente)

Às “*Marias*” que Deus me enviou
na vida.

Maria Cristina Ramos Borges

Maria da Graça Martins

Maria Irene Paes

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a construção dos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. As propostas teóricas de Análise do Discurso serão adequadas, uma vez que ela permite trabalhar ao mesmo tempo com a linguística e com a história política do país. A proposta de análise deste trabalho é filiada à linha francesa da análise do discurso, onde o *como* se diz é o fio condutor da compreensão dos sentidos. Considerando a opacidade da linguagem e que os sentidos produzidos são oriundos da língua, inscrita na história, tentaremos compreender os eixos dos discursos de Luiz Inácio desde a época de sindicalista até se tornar Presidente da República, inscritos em diferentes formações discursivas: por um lado opositorista ferrenho do governo e por outro lado líder máximo da nação. O objetivo central do trabalho é verificar se há regularidade nos discursos do candidato Lula à presidência e se houver, se é possível a manutenção do mesmo discurso após sua eleição. A abordagem teórica apresentada conduz ao estabelecimento de uma metodologia que possibilite à análise do *corpus* em questão (os discursos de Lula) As referências que embasam nosso trabalho são: Michael. Bakhtin, Michael.Foucault, Michael. Pêcheux. O período cronológico compreendido é entre os anos de 1980 até 2010. Luiz Inácio Lula da Silva é uma personalidade contraditória no que se refere à popularidade. Há os que o aprovam incondicionalmente e os que não se permitem dar-lhe ouvidos, alegando que possui pouca formação e, por conta disso, apresenta uma inadequabilidade linguística - apesar de suas mudanças consideráveis ao longo dos anos. Lula sempre foi uma personalidade polêmica, porém, isto não o impediu de chegar à presidência e arrebatar com seus discursos estrategicamente elaborados – sobretudo na atual conjuntura – tornando evidente aquilo que bem é sabido: um bom discurso tem o poder de formar, influenciar e/ou transformar opiniões. Percebe-se que, com o decorrer de sua atividade política, os discursos inicialmente simplórios, desprovidos de palavras rebuscadas e dificultados por uma péssima dicção, foram gradualmente melhorados ou substituídos por frases de efeito, jargões conhecidos e dicção aperfeiçoada. O trabalho se compõe basicamente de três seções, além da introdução. Na introdução apresentamos o tema e o problema levantado. Na primeira seção, apresentamos as condições históricas de produção, a vinda de um menino de família pobre que saiu do interior de Pernambuco com a mãe e irmãos até, Luiz Inácio, torna-se líder sindical, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, deputado federal, um dos maiores opositores dos governos Collor e FHC até a ascensão como Presidente da República Federativa do Brasil. A segunda seção é a preparação da análise e constitui-se de exposição das questões teóricas e metodológicas que embasarão todo o trabalho. Em seguida, apresentamos, como terceira seção, a análise dos discursos de Lula, antes e durante a presidência. Neste capítulo desenvolvemos a análise dos discursos que constituem o *corpus* do trabalho. Nesta seção, tentamos compreender que são os “nós” tantas vezes evocado nos discursos de Lula, as diferentes representações que assumem na enunciação do discurso em análise como sujeito opositorista e presidente. Veremos então quantos sentidos pode ter um “nós”, em diferentes níveis referenciais, ou seja, em relação ao líder sindical, líder do PT, pobreza brasileira, deputado e presidente. E veremos ainda quantos sentidos pode ter o “povo”, sempre levando em destaque a questão da heterogeneidade. Enfim, neste trabalho, pressupõe-se que muito do sucesso adquirido por Luiz Inácio Lula da Silva deve-se à articulação sofisticada de seus discursos e ao uso de eficientes estratégias retóricas.

PALAVRAS-CHAVES: 1.Luiz Inácio Lula da Silva.2.Análise do Discurso Francesa.3.Discurso político.

SUMÁRIO

Introdução:	Apresentação do Tema	08
1.1	Questões Preliminares.....	08
1.1.1	O Tema.....	08
1.1.2	A Análise.....	12
I. Seção:	Condições Históricas de Produção	20
	Luiz Inácio Lula da Silva – A Pessoa.....	20
	Luiz Inácio Lula da Silva – O Político.....	21
	Luiz Inácio Lula da Silva – A Ascensão.....	25
	A Fundação do Partido dos Trabalhadores.....	28
II. Seção:	Pressupostos Teóricos	34
2.1	Primeiras Posições.....	34
2.2	Quadro Teórico de Referência.....	38
2.3	Metodologia e Corpus.....	47
III. Seção:	Análise dos Discursos de Luiz Inácio Lula da Silva Antes e Durante a Presidência	49
3.1	O “Nós” Oposicionista.....	49
	Nós 1 – Sindicalista.....	51
	Nós 2 – Lula Líder do PT.....	53
	Nós 3 – Lula e a Pobreza Brasileira.....	53
	Nós 4 – Lula Deputado.....	55
	Nós 5 – Lula Presidente.....	58
3.2	O Povo Como Representação Discursiva do Outro.....	67
	Povo 1 – Classe Média, Classe Produtoras, Elite.....	68
	Povo 2- Trabalhadores Brasileiros, Classe Operária Brasileira.....	71
	Povo 3 – Coletividade dos Brasileiros.....	74
	Povo 4 – Massa de Manobra.....	76
	Povo 5 – Sociedade Civil Organizada.....	79
	Considerações Finais.....	83
	Notas.....	89
	Referência.....	90

Introdução

Apresentação do tema

1.1 Questões Preliminares

1.1.1 O Tema

Personagem de ponta da história do Brasil nos últimos trinta anos, Luiz Inácio Lula da Silva, foi até 2008, protagonista de todas as eleições presidenciais depois da redemocratização do país, o primeiro operário a ser eleito presidente da República, Lula merece ter o seu pensamento esquadrihado, medido, avaliado.

No Brasil, não temos grande tradição de analisar a retórica dos presidentes, ao contrário do que acontece em muitos países. Há um consenso em torno do fato de que as palavras dos que governam ajudam a moldar o país e pôr em prática, aperfeiçoar ou levar adiante um projeto de nação. Muitos dos que governam são quase sempre mais lembrados pelo que disseram do que pelo que fizeram, segundo o jornalista Ali Kamel, no seu livro *Dicionário Lula – Um presidente exposto por suas próprias palavras*, p.17.

Não se trata de análises apenas sobre o estilo retórico deste ou daquele presidente, mas de estudo que, a partir das palavras, tentam desvendar a pessoa e o projeto de nação que está por trás dele. Mary E. Stuckey, em seu livro *Defining Americans, The Presidency and National Identity (Definindo os americanos, a Presidência e a identidade nacional)*, diz: “Analisando a retórica presidencial, é possível analisar a história da América de cima para baixo, mas com a consciência de que esta é também a história de baixo para cima.” Karlyn Kohrs Campbell e Katheen Hall Jamieson, em *Deeds Done In Words (Ações em palavras)*, asseveram: “Presidentes habilidosos não somente se adaptam as suas audiências; eles se lançam num processo de transformar aqueles que os ouvem na audiência que eles desejam.” Jeffrey K. Tullis, em *The Rhetorical Presidency (A Presidência Retórica)*, chega a dizer que a retórica presidencial não é apenas uma forma de comunicação, mas um poder propriamente dito, exercido pelos presidentes.

Aqui no Brasil o postulado tem igual valor, embora, não haja uma tradição de estudar a questão como em muitos outros países. Existem estudos, obviamente, mas, em

número, eles ainda estão aquém do desejável. Esta dissertação pretende se somar aos esforços existentes.

O jornalista Ali Kamel no seu livro *Dicionário Lula- Um presidente exposto por suas próprias palavras* (p.18), afirma que há um consenso em torno do fato de que as palavras dos que governam ajudam a moldar o país e a pôr em prática, aperfeiçoar ou levar adianta um projeto de nação.

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945, na localidade de Caetés, na cidade de Garanhuns, Pernambuco. Lula é o sétimo dos oito filhos de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello. Em dezembro de 1952, com sete anos, junto com sua família, migrou para o litoral paulista, viajando 13 dias num caminhão “pau de arara”. Foi morar em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá. Foi alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias.

Em 1956, a família de Lula mudou-se para São Paulo, passando a morar em um único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro de Ipiranga.

Nós morávamos num quarto e cozinha, na Vila Carioca, e a gente morava em 13 pessoas num quarto e cozinha. Eram aquelas caminhas de mola de dia se fechava, de noite abria. Eu dormia junto com a minha mãe e com duas irmãs e outros meus irmãos do lado, primos pobres ainda dormiam lá. Não tinha banheiro, o banheiro era o que atendia o bar e era lá que as minhas irmãs tinham que tomar banho e eu. Depois de um bar de sábado à noite, imagina o ambiente no banheiro, e a gente utilizava aquilo. (LULA em 20/07/05, Recife – PE. Aula Inaugural do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens)

Aos doze anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego em uma tinturaria. Também foi engraxate e *office-boy*. Com 14 anos começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde obteve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e conseguiu uma vaga no curso de torneiro mecânico do SENAI – Serviço Nacional da Indústria. O curso durou três anos e Lula tornou-se metalúrgico. Trabalhando na Metalúrgica Independência, no turno da noite, perdeu o dedo mínimo da mão esquerda em uma máquina.

A crise após o golpe militar de 1964 levou Lula a mudar de emprego. Através de seu irmão Chico em 1969, começou a ter contato com o movimento sindical, Em 1972 tornou-se primeiro secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato, e em 1978 foi reeleito.

Em março de 1979, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem

os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fez com que Lula pensasse pela primeira vez em criar um Partido dos Trabalhadores. No dia 10 de fevereiro de 1980, funda o PT. Em 1982, o PT já estava instalado em quase todo o território nacional. Em 1983, Lula participou da fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Em 1984, participou, como uma das principais lideranças, da campanha das “Diretas Já”. Em 1986 foi eleito deputado federal por São Paulo.

O PT lançou Lula para disputar a presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Perdeu a disputa, no segundo turno, por pequena diferença de votos para o candidato Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998, voltou a se candidatar a presidente da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso.

Nas eleições presidenciais de 2002. Luiz Inácio Lula da Silva, após três campanhas fracassadas, conquista o cargo de representante máximo da nação brasileira. No entanto, a imagem e o discurso construído por Lula, em campanha de 1989, era somente a de representante dos trabalhadores e dos excluídos.

A mudança da imagem de Lula é um fato inquestionável e visível. O problema que nos aparece é verificar se essa mudança também é perceptível no seu discurso. Sendo assim, um dos objetivos deste trabalho será analisar o lugar político e ideológico do qual o candidato enuncia, por meio do levantamento das marcas de enunciador e co-enunciador presentes em cada discurso; outro, analisar os eixos que funcionam como elemento na construção da imagem de Lula a partir do diálogo com seus pares em plenário e com a sociedade, representando as vozes descontentes da oposição. A análise possibilitará verificar os deslocamentos de sua posição enunciativa, os seus diferentes tipos do discurso como sindicalista, parlamentar e candidato à presidência e presidente do Brasil. Para alcançá-los, analisaremos os discursos de Lula como líder da extrema esquerda, (1980-2001) e Lula presidente da República (2002-2008).

Que imagem resulta dos fatores que atuam na construção de sua imagem, observando-se as condições de possibilidade e produção?

Estudar o processo de construção da imagem de um sindicalista, que viria a se tornar presidente interessa, não apenas por ser a figura política central de um país, mas pelas diversas nuances em que ele vai se apresentar em cada fala. Ao analisar os pronunciamentos, buscaremos identificar os eixos que reforçam a imagem que o político Lula constrói de si enquanto fala.

De acordo com Maingueneau:

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por uma maneira de se exprimir. O *ethos* está dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório e, portanto o sujeito da enunciação em vez que enuncia que está em jogo aqui. (MAINGUENEAU, apud EGG, 2005, p.31).

Pelas palavras o ser humano demonstra se é imprudente, negligente, bem o mal intencionado, ponderado ou sensato. O estilo demonstra o que quer suscitar ao auditório e a construção da imagem se dará pela interpretação dos discursos para quem o ouve e do comportamento do orador.

A atividade discursiva está auxiliada diretamente por gestos, orientações do olhar, expressão facial e até ao tom da voz. É o comportamento do locutor que define o grau de confiança que precisa receber.

Para Tânia Navarro Swain (1994, p. 63), é pelas discussões vivenciadas no dia a dia que produzimos as imagens. No imaginário, podemos realizar, compor e definir o que está instituído, construir a imagem de determinada pessoa, fato ou personagem por meio da fixação de tudo o que estiver relacionado à definição deste ou daquele objeto. Um exemplo disso está no imaginário religioso, que instiga ordens estabelecidas, sob o signo natural e da verdade e é vivenciado diariamente nos templos, independentemente da religião.

Analisar-se-á por meio dos pronunciamentos, o discurso de Lula oposição (esquerda) e de Lula presidente. É consensual que esses dois discursos atuem decisiva e diversamente na formulação discursiva do político Lula. Por isso, aborda-se como discurso é realizado, no caso tendo em vista os seus pronunciamentos como líder sindical, parlamentar e presidente. Qual o fator determinante da fala de um representante político e o que ele quer dizer ao se pronunciar?

Centralizaremos nosso estudo na construção do discurso mais eficiente para persuadir o eleitor. Embora esses discursos não possam condizer com a realidade, eles devem ser alicerçados a partir do que o leitor quer ouvir. “Quem comanda sua campanha, o que você vai dizer ou fazer é sempre o eleitor, as necessidades concretas do eleitor” (Andrade, 1996, p.11).

Em um país continental como o Brasil, com ambiente de conflitos de interesses, de imensa disparidade de classes, é inimaginável que um texto, um pronunciamento ou mesmo um programa seja imparcial no debate político e ideológico. Da perspectiva da análise ideológica de conteúdo, o ouvinte dessa fala recebe todo um conjunto elaborado de componentes ideológicos, que atuam no sentido da formação e mudança de opinião.

Patrick Charaudeau (2006) nos coloca que o *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas que termina por se fundir em uma única. Afirmar ainda que quando os indivíduos falam não se toma o que eles dizem pelo que eles são, pois sabemos que todo sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele é pelo que diz ou a nossa interpretação do que ele diz pode ser como se o que ele diz viesse a coincidir com o que ele é.

1.1.2 A Análise

Pretende-se abordar, o discurso político de duas épocas específicas: o período compreendido entre 1989 e 2002, época em que Lula era apenas líder da esquerda e, em seguida, as falas realizadas entre 2002 até 2010, com Lula na presidência. Alguns questionamentos nortearão tal investigação e podem ser expressos desta forma:

- 1) Há regularidades nos discursos de Lula candidato à presidência do Brasil?
- 2) Se houver, é possível a manutenção do mesmo discurso após a eleição?

Em princípio, a análise incidirá sobre o *corpus* discursivo, tomando os discursos de Luiz Inácio em sua relação com sua interioridade. Resta saber se tais discursos se relacionam com os outros discursos. Far-se-á então um trabalho analítico voltado para a natureza externa do *corpus*, tomando-o na sua relação com a exterioridade, com o discurso - outro.

Ressalta-se que o sujeito, durante o discurso, assume várias inscrições, enunciando de mais de um lugar e construindo mais de uma imagem a si próprio, por meio de mudanças de marcas de primeira pessoa. Além das marcas do enunciatador no discurso, também há o co-enunciador, o que permitirá saber quem são os interlocutores de Lula, quem pretende influenciar com seu discurso. A análise da inscrição do sujeito, por meio do levantamento dos dêiticos de primeira pessoa e de desinências número-pessoais dos verbos, bem como os co-enunciadores específicos ajudará a delinear a imagem que o candidato constrói, ou seja, o seu *ethos*. Isso porque, para Maingueneau (2001), há uma estreita relação entre o emprego das pessoas, a cenografia e o *ethos*.

O gênero debate político tem como característica o enunciatador se inscrever no discurso em primeira pessoa, a qual pode estar tanto no singular como no plural. A análise da primeira pessoa do plural teve como base os pressupostos de Benveniste (1995), para quem o *nós* não é uma coleção de *eu*, mas uma junção entre o eu e o *não-eu*. Esse *não-eu* pode ser o *você* ou o *elas*. Dessa forma, quando o *nós* inclui o

interlocutor, temos o *nós inclusivo* (*eu + você*) e, quando o interlocutor não é incluído, temos o *nós exclusivo* (*eu + eles*).

No debate de 1989, encontramos o uso da primeira pessoa do plural, havendo o predomínio dos *nós inclusivo*, em que o enunciador introduz o co-enunciador no seu discurso. Esse interlocutor incluído era, na maioria das vezes, a classe trabalhadora. O candidato se apresentava como parte dessa coletividade e atuava em conjunto com ela. Nesse sentido, a posição do sujeito é a de representante da classe trabalhadora e sindicalista:

Eu jamais sonhei poder disputar as eleições para presidente da república, porque **nós**, que **pertencemos à classe trabalhadora**, sabemos perfeitamente bem que a **nossa** luta titânica é pra escapar da fome, é pra escapar do desemprego, é para escapar da favela debaixo de uma ponte.

E vou reiterar aqui, alto e bom som, de que **nós, o conjunto da classe trabalhadora, como pequenos poupadores**, jamais seríamos inconsequentes, como quer o nosso adversário, de mexermos na poupança.

Além dos trabalhadores, o *nós* inclusivo também se referia ao *eu nordestino + você nordestino*: “... se a fome continuar a crescer no Nordeste, como está crescendo, **nós, os nordestinos, estamos predestinados a virarmos** uma sub-raça.”

Percebe-se que, por ser um deles, Lula busca uma identificação com o povo trabalhador, o pobre e o nordestino. O enunciador *eu* apareceu em um número menor, normalmente se referindo a *candidato à Presidência da República*, nordestino, membro da classe trabalhadora, futuro presidente.

No debate de 1994, diferentemente do anterior, o co-enunciador não é incluído com tanta frequência no discurso. Há um maior uso do *nós exclusivo*, referindo-se à parceira com o Partido dos Trabalhadores ou aos participantes da Caravana da Cidadania. O *nós inclusivo*, que aparece em menor número, é formado por *eu + classe popular*. Nesse caso, o *nós* marca a distinção entre *nós = povo brasileiro*, representado por Lula, e *ela ou eles = elite brasileira*, representada pelas outras candidaturas, principalmente por Fernando Henrique Cardoso, como podemos perceber abaixo:

Foi a **elite brasileira** responsável pelo inchaço do Estado por transformar as empresas em cabide de emprego e responsável, sobretudo pelo alto grau de deterioração do nosso Estado. Portanto, o que nós queremos é mostrar que nós temos mais competência de governar do que a **elite brasileira**.

Nesse debate, há o predomínio do *eu*, por meio do qual Lula explora sua história de vida, mostrando, no discurso, que passou fome, não teve moradia, não estudou, ficou desempregado, lutou pela sobrevivência:

Eu escapei de morrer com fome antes de cinco anos de idade em Pernambuco, **sobrevivi**, **criei** o maior partido de esquerda da América Latina e estou preparado para dirigir [...].

A trajetória de vida de Lula identifica-o com as camadas mais pobres da população e associa sua história com a de seus eleitores, uma vez que é a mesma história de luta do povo brasileiro menos favorecido. Essa exploração faz com que haja a incorporação do co-enunciador ao *ethos* do enunciador. Além de vivência, as Caravanas da Cidadania também lhe deram mais conhecimento da realidade brasileira, fato que o fez pensar que já havia adquirido experiência para governar o país. A posição do sujeito, nesse caso, é a de representante do povo pobre brasileiro, isto é, o verdadeiro representante popular.

Em 2002, Lula se utiliza do *eu*, quando fala do lugar de candidato à Presidência da República ou quando deseja mostrar sua vida de privações, para construir uma maior identificação entre eleitor e candidato ou de luta política, mostrando que sua vida sempre foi pautada na preocupação com os problemas sociais do país, como podemos verificar em duas falas abaixo:

Mas o mais importante mesmo é que mesmo na favela, **a gente** vá construindo habitação e substituindo os barracos, porque morar em barraco não é privilégio pra ninguém. **Eu** morei, quando **eu** tinha doze anos de idade em Santos, e não é agradável morar.

É... **eu** comecei a minha vida política brigando contra a inflação, que acabava com o salário do povo trabalhador. **Eu** acredito que, com a exceção de meia dúzia de exploradores, 100% do povo brasileiro deseja que a inflação esteja controlada.

O enunciador continua falando do lugar do pobre, retirante nordestino, ex-metalúrgico, ex-sindicalista, vítima da fome e do desemprego. Lula procura se identificar com ele, mas quando faz isso, utiliza-se de verbos no passado, criando o efeito de sentido de que já fora pobre, mas conseguira vencer na vida. Seu discurso mostra que é vencedor, deseja estar na presidência para mudar a vida de milhões de pessoas que vivenciam o que ele já passou.

Na sequência abaixo, em que Lula trata da questão emprego/ desemprego, há o predomínio do uso do *eu*:

Mas o dado concreto é que **nós** precisamos fazer com que o Brasil tenha emprego e **eu** vou fazer, porque **transformei** isso numa obsessão **minha**. [...] E **eu** vou perseguir porque **eu** sei o que é o desemprego. E **eu** acho que o emprego é o que dá dignidade ao ser humano.

O enunciador constrói em seu discurso a imagem do homem que foi vítima do desemprego, sabe o que é emprego e o desemprego, ocorrendo à identificação do candidato com os desempregados. Essa identificação é reforçada com a repetição excessiva de *a gente*:

Nada dá mais dignidade do que **a gente** trabalhar, no final do mês receber um salário e com o salário **da gente, a gente** comprar o que comer, comprar o que vestir e levar as coisas pra dentro da casa **da gente**.

No contexto acima, o *a gente* se refere ao enunciador (Lula) + co-enunciador (trabalhador), correspondendo ao *nós inclusivo* de Benveniste (1995). Temos um sujeito formado por *eu* (Lula) e *você* (povo brasileiro trabalhador), ou seja, e o povo que necessita de um trabalho digno. Temos o processo de incorporação, ou seja, a ação do co-enunciador, que faz com que haja uma identificação entre eleitor e candidato.

Quanto ao uso do *nós*, no debate de 2002, há o predomínio do *exclusivo*, em que o interlocutor praticamente não é trazido para o discurso, referindo-se à coligação, sindicalistas ou ao futuro governo. O *nós inclusivo*, que é utilizado em menor número, se refere a *eu + povo brasileiro*, englobando toda a *nação*:

A economia brasileira não pode continuar assim, o Brasil é muito grande, tem um potencial extraordinário, o que **nós** precisamos é acreditar nesse país, recuperar a autoestima do povo e dizer pro povo, juntos **nós** haveremos de **nos** orgulhar num curto espaço de tempo.

O discurso de Lula, em 1989, era direcionado à classe trabalhadora, identificada no discurso pelo pronome *você*, pelo vocábulo *trabalhador* e pela análise das propostas, que beneficiavam essa classe. O enunciador fala do lugar do sindicalista, aquele que critica os empresários e luta para o aumento de salário dos colegas trabalhadores:

[...] mas é preciso lutar por um socialismo democrático, por um socialismo pluralista, por um socialismo que não negue a necessidade da liberdade da autonomia sindical, a necessidade do direito de greve, à necessidade da classe trabalhadora se organizar livremente, no local do trabalho.

Além dos trabalhadores, Lula também se dirigia aos nordestinos, que não estão marcados pelo *você*, mas inscritos no discurso, por meio da expressão “aos meus irmãos nordestinos”. Dessa forma Lula também fala do lugar de nordestino, mostrando que o nordeste é a sua preocupação principal enquanto candidato.

No debate de 1994, não há referências explícitas aos co-enunciadores de Lula, por meio de dêiticos de segunda pessoa, sendo necessário construí-los pelo léxico. Os

interlocutores são marcados pelo vocábulo “povo”, que se refere ao povo brasileiro pobre excluído, aos desempregados, aos que não têm o que comer:

O **povo** brasileiro está precisando de oportunidades de trabalho, o **povo** precisa recuperar sua dignidade, e esta só é possível o dia que **ele** tiver um emprego, por esse emprego um salário, por esse salário **ele** poder levar pra casa o necessário pra **ele** e pra sua família comerem durante o mês seguinte.

Já em 2002, o significado de *povo brasileiro* é ampliado. O *povo* não é somente o pobre, mas aquele que deseja melhor qualidade de saúde, moradia, educação e emprego. Também não é somente o trabalhador, mas também os empresários e os agricultores, isto é, não é somente o pobre, mas também o rico.

Porque o **povo** quer melhor qualidade de saúde, o **povo** quer melhor qualidade de moradia, o **povo** quer melhor qualidade de educação, e, sobretudo, o **povo** quer emprego, e com esse modelo econômico que nós temos não terá emprego. A indústria vai ter que voltar a produzir para que o comércio volte a vender. A indústria produzindo, o comércio comprando, vai gerar mais um emprego, esse emprego vai gerar mais um consumidor, vai gerar mais um trabalhador.

Quando comparamos os co-enunciadores de Lula nas três eleições, percebemos que, no debate de 1989, os co-enunciadores eram a *classe trabalhadora, os nordestinos, os excluídos*, enquanto que em 1994, seu interlocutor era o *povo pobre*. Nesse sentido, Lula dirigia seu discurso a determinadas parcelas da sociedade, não conseguindo no sufrágio, votos suficientes para ser eleito. Em 2002, dirige-se a um número maior de segmentos: os trabalhadores, os desempregados, os aposentados, os empresários, os agricultores, entre outros, tendo como objetivo alcançar todos os grupos existentes no Brasil. Seu discurso pretende atingir a todos os brasileiros, toda a nação.

Ao analisarmos essa mudança, tendo como base a noção de *auditório* de Chain Perelman (1996), que estabelece a distinção entre *auditório universal* e o *auditório particular*, veremos que nas duas primeiras eleições, Lula se dirigia a um auditório particular – trabalhadores, nordestinos, pobres -, enquanto que em 2002, dirige-se a um auditório universal - a nação brasileira. Entretanto, ao mesmo tempo em que se volta a um auditório amplo, dirige-se, em determinadas partes do debate, a auditórios particulares bem específicos - trabalhadores, desempregados, aposentados, empresários, agricultores, pobres.

A análise das marcas de enunciador e de co-enunciador possibilitou verificar a oposição de classes presente em cada debate. Sendo assim, no discurso de 1989, havia uma nítida separação entre classe trabalhadora e a empresarial, entre a classe dominada

e a dominante, Lula era o representante da classe trabalhadora, defendendo os direitos dos trabalhadores e criticando duramente os empresários. O compromisso enquanto presidente era defender a classe trabalhadora, ou seja, a preocupação com a distribuição de renda, a melhoria do padrão de vida e de trabalho para a classe trabalhadora e uma condição mínima de sobrevivência para a grande maioria. Nessa dicotomia, ele era o representante da classe dominada e Collor o representante da classe dominante arcaica, ultrapassada e com setores empresariais retrógrados:

A partir daí, é convencer a classe empresarial de que eles precisam deixar de ganhar as fortunas que estão ganhando hoje; é preciso que muitos empresários deixem de engordar a sua conta bancária, deixem de engordar o seu patrimônio pessoal, pra que uma parte disso seja revertido em salário, para que a gente possa criar um dinamismo na sociedade; ou seja, pagar bom salário.

No debate de 1994, a distinção residia entre o povo brasileiro menos favorecido a elite dirigente brasileira, que era a responsável pela pobreza e pelos problemas sociais. No cenário político-eleitoral, a classe popular é representada por Lula e a elite brasileira é representada pelos outros candidatos, principalmente por Fernando Henrique Cardoso.

Para Lula, “elite brasileira” é a “elite dominante”:

E toda vez que eu me dirijo à questão das **elites**, eu costumo chamar **elites dirigentes**. Eu costumo sempre colocar **elites dirigentes** porque é **ela** quem toma posição, é **ela** quem determina qual a política econômica, é **ela** quem determina qual a política social.

A partir do levantamento dos enunciados de Lula, é possível conhecer a imagem considerada à *elite brasileira* construída pelo enunciador. A elite brasileira é aquela que dirige o país há muitos anos, esteve em todo o regime militar e sustenta a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. É a responsável pelo inchaço do Estado, por transformar as empresas em cabide de emprego, pelo alto grau de deterioração do Estado e pelo fato de o Brasil não ter investido corretamente em pesquisas e em novas tecnologias. É culpada pelos problemas da educação e da saúde, enfim, foi incapaz de resolver os problemas do povo brasileiro. Além disso, é preconceituosa, incompetente, presunçosa e provou que não quer mudar.

Em 2002, há o discurso da coalização, do pacto entre os diversos segmentos da sociedade. A proposta de Lula é uma aliança entre capital e trabalho para que o Brasil possa crescer:

Veja, primeiro, vai ter que render frutos, porque você sabe, tem acompanhado, que eu sou a única possibilidade que o Brasil tem de construir um pacto social, juntando o que existe de mais importante no empresariado brasileiro, nos trabalhadores brasileiros com o governo pra gente estabelecer, inclusive, planos e metas pra que as coisas possam acontecer no Brasil.

Lula defende a geração de empregos, que será alcançada com a união de todos os segmentos da sociedade, com a produção, a industrialização e a comercialização. A classe dos empresários e a dos trabalhadores era colocada lado a lado. É proposta uma união entre governo, empresários e trabalhadores para resolver os problemas da classe trabalhadora e do povo em geral.

Finalizada a análise dos enunciadores e dos co-enunciadores no discurso de Lula, é possível pensar que, em 1989, Lula se colocava como representante da classe trabalhadora e do povo nordestino enquanto que, em 1994, representava o povo brasileiro pobre e, em 2002, toda a nação brasileira.

Façamos uma revisão do que foi dito.

O *ethos*, construído nas eleições de 1989 era de um homem pobre, trabalhador e preocupado com os problemas sociais, porque é um deles; em 1994, foi construído um *ethos* de um homem pertencente ao povo, sem escolaridade, sem capacidade administrativa, conhecedor dos problemas do Brasil e dos pobres. Em 2002, Lula constrói o *ethos* de conhecedor dos problemas de toda a nação brasileira, de um homem com capacidade de dialogar com diversos setores da sociedade, com os empresários, sindicalistas e políticos, que tem competência para criar um pacto social, além de articulador e negociador.

Em resumo, o embasamento de nossa investigação obedecerá á seguinte ordem:

- 1- O discurso do candidato à presidência do Brasil Luiz Inácio é uniforme e homogêneo, fechado em si mesmo?
- 2- O discurso de Luiz Inácio presidente do Brasil é heterogêneo, permitindo a inserção de outros discursos do campo discursivo?

Veremos, portanto, quantas diferentes referências podem ter a palavra *nós* em relação ao sistema, à coletividade dos brasileiros ou a segmentos da sociedade. Quantos sentidos pode ter a palavra *povo* e como o candidato/presidente se apropria dos discursos do *povo* para se fazer seu porta-voz. Apresenta-se ora falando como sujeito individual, ora do lugar institucional que ocupa. E, como estaremos tratando de Formações Discursivas em confronto pela divergência de posições ideológicas que as formam, achamos interessante tratar também das representações lexicais do contrário.

Nesses aspectos se centrarão as nossas atenções e as nossas análises. Tentaremos explicitar essas questões nas partes subsequentes do trabalho, após fazermos um breve relato histórico sobre as épocas vividas pelo candidato/presidente, antes e depois.

I SEÇÃO

Condições históricas de produção

Luiz Inácio Lula da Silva – a pessoa

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no dia 06 de outubro de 1945 (sendo registrado somente no dia 27 do mesmo mês e ano), na localidade de Caetés, na cidade de Garanhuns, Pernambuco. Lula é o sétimo dos oito filhos de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello. Com apenas duas semanas de vida, seu pai decidiu tentar a vida como estivador em Santos, levando consigo Valdomira Ferreira de Góis, uma prima de Eurídice, com quem formaria uma segunda família. Lula tinha sete anos de idade quando sua mãe decidiu migrar para o litoral do estado de São Paulo, com os filhos para se reencontrar com o marido. Após treze dias de viagem em um transporte conhecido como “pau de arara”, chegaram à cidade de Guarujá e descobriram a existência da segunda família de Aristides.

A convivência forçada ocasionou dissidências. Quatro anos depois, Eurídice levou os filhos para morar consigo em um cômodo atrás de um bar localizado na Vila Carioca, bairro da cidade de São Paulo. Após a separação, Lula quase não reencontrou mais com seu pai, que morreu em 1978.

Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Nesta época trabalhava a fim de contribuir na renda familiar. Também foi engraxate e *office-boy*. Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do SENAI – Serviço Nacional da Indústria. O curso durou três anos e Lula tornou-se metalúrgico. Trabalhando na Metalúrgica Independência, no turno da noite, perdeu o dedo mínimo da mão esquerda em uma máquina.

A crise após o golpe militar de 1964 levou Lula a mudar de emprego, passando por várias fábricas, até ingressar nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país, localizada em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Trabalhando na Villares, Lula começou a ter contato com o movimento sindical, por meio de seu irmão José Ferreira da Silva, mais conhecido como Frei Chico. Em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher uma nova diretoria e Lula foi eleito segundo suplente. Nesse mesmo ano, Lula

casou-se com a operária mineira Maria de Lourdes da Silva, que morreu de hepatite enquanto dava a luz ao primeiro filho do casal.

Cinco anos mais tarde, teve uma filha chamada Lurian com a enfermeira Miriam Cordeiro, sua namorada na época (1974). Mais tarde, casou-se com a viúva Marisa Letícia da Silva e adotou o filho dela, Marcos Cláudio. O casamento de mais de trinta anos com Marisa gerou três filhos: Fábio Luís, Sandro Luís e Luís Cláudio.

Na eleição sindical de 1972, Lula tornou-se primeiro secretário. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato com noventa e dois por cento dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores. Deu então uma nova direção ao movimento sindical brasileiro. Em 1978, foi reeleito presidente do sindicato e, após 10 anos sem greves operárias, ocorreram no país as primeiras paralisações. Em março de 1979, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fez com que Lula pensasse pela primeira vez em criar um partido dos trabalhadores.

Luiz Inácio Lula da Silva – o político

O Brasil atravessava então, um processo de abertura política lenta e gradual comandada pelos militares ainda no poder. Em 1980 houve uma nova greve de metalúrgicos, que provocou a intervenção do Governo Federal no sindicato e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais, com base na Lei de Segurança Nacional. Foram trinta e um dias de prisão. Durante este movimento, a ideia de fundar um partido representante dos trabalhadores amadureceu e, em 1980, Lula se juntaria a sindicalistas, intelectuais, católicos militantes da Teologia da Libertação e artistas para formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1981, no curso de uma greve no ABC paulista, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sofreu uma intervenção - aprovada por Murilo Macedo, então ministro do Trabalho do General João Baptista Figueiredo - e Lula ficou detido por vinte dias nas instalações do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) paulista.

Visando a usar o nome em pleitos eleitorais, Luiz Inácio da Silva alterou judicialmente seu nome para Luiz Inácio Lula Silva, visto que a legislação vigente proibia o uso de apelidos pelos candidatos.

Em 1982, o PT já estava implantado em quase todo o território nacional. Lula liderou a organização do partido e disputou naquele ano o Governo de São Paulo, mas

não se elegeu. Em agosto de 1983 participou da fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Em 1984 participou, como uma das principais lideranças, da campanha das “Diretas Já” para a Presidência da República. Em 1986 foi eleito deputado federal por São Paulo, o mais votado do país. Na Assembleia Nacional Constituinte desempenhou atividades parlamentares na subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias; na Comissão da Ordem Social, como suplente, e, na Comissão de Sistematização.

A forma como Lula se expressa e a maneira de colocar as palavras em seus discursos têm sido, durante todo o seu tempo de vida pública, alvo de críticas. O colunista José Simão afirmou que “o lulês é mais fácil que o inglês” (Folha de São Paulo, 31/10/06).

O candidato do PT é uma personalidade contraditória no que se refere à popularidade. Há os que o aprovam incondicionalmente e os que não se permitem dar-lhe ouvidos, alegando que possui pouca formação e, por conta disso, apresenta uma inadequabilidade linguística – apesar de suas mudanças consideráveis ao longo dos anos. Contudo, o carisma de Lula é inegável, a aceitação popular o comprova.

Como presidente, Lula tem características que reforçam seu carisma: manter os compromissos fortemente difundidos em seus discursos de campanha, lançar o programa Fome Zero e levar o Ministério para conhecer a miséria no Nordeste, parar o carro para abraçar pessoas, dar autógrafos e esperar que tirem suas fotos. Não raramente incorpora atitudes descontraídas, contra as recomendações da segurança e desformaliza o poder presidencial. “No fim, mandatário obediente e político indisciplinado convergem para igual destino: o exercício do carisma”. (CAVALCANTI, 2003, p.53).

Lula sempre foi uma personalidade polêmica, porém isto não lhe impediu de chegar à presidência da república e arrebatou a muitos com seus discursos estrategicamente elaborados, tornando evidente aquilo que bem é sabido: um bom discurso tem o poder de formar, influenciar e/ou transformar opiniões.

Percebe-se que, com o decorrer de sua atividade política, os discursos inicialmente simplórios, desprovidos de palavras rebuscadas e dificultados por uma péssima dicção foram gradualmente melhorados ou substituídos por frases de efeito, jargões conhecidos e dicção aperfeiçoada. Segundo Cavalcanti (2003), estes discursos, mesmo ainda sendo atacados por jornalistas, opositores e humoristas levaram multidões diante de palanques e às urnas, alcançando deste modo seu objetivo no quesito “parcialmente aceito” a “completamente eleito”.

Muito do sucesso adquirido nas campanhas eleitorais de Luiz Inácio Lula da Silva deve-se à articulação sofisticada de seus discursos e ao uso de eficientes estratégias retóricas tais como a da persuasão e a da sedução. A estratégia da persuasão foi objeto da retórica aristotélica e se constrói segundo a lógica do provável, da opinião, do verossímil, manifestando-se pela argumentação. Seu propósito é convencer, legitimar, justificar, explicar, definir, anunciar, tranquilizar, advertir, criticar, propor, negar, retificar, confirmar, acusar, defender, encorajar, sugerir, exortar, definindo a realidade de acordo com certas percepções, crenças, e interesses para exercer alguma influência sobre outras pessoas (HALLIDAY *in* MATTOS, 1994). A argumentação, por conseguinte, tem um conteúdo cognitivo, constituído de noções, princípios, valores.

A estratégia da sedução, por outro lado, mobiliza os sentidos, buscando a atração da plateia através do encantamento. Seduzir significa por em suspensão o razoável em favor do prazer. A sedução, geralmente, se organiza como espetáculo, visando ao efeito estético e, por isso, seu modo de expressão por excelência é a dramatização. O princípio deste modo retórico não é o argumento, mas a representação sensível, resultante da estruturação dramática da mensagem. O objetivo não é convencer, mas contagiar, pela saturação dos sentidos, obter a adesão por uma identificação emocional com a encenação.

Nas campanhas eleitorais do candidato do PT se encontram imbricados, nos programas, o modo retórico da sedução, pela utilização da música, da poesia, das imagens líricas, da edição encantatória, da câmara lenta. Já o monólogo do candidato é predominantemente persuasivo, porque emprega preferencialmente a representação conceitual e a argumentação.

A argumentação se concretiza nos seguintes momentos da campanha eleitoral: a) na análise dos problemas nacionais e temas abordados pelo programa; b) nos valores e posições dos problemas ou traços ideológicos presentes na fala; c) nas propostas de ação específicas do candidato; d) no plano de governo.

Já a sedução é o modo retórico que é expresso pelos seguintes elementos: a) personagens dramáticos vividos pelo candidato e personagens secundários (coadjuvantes); b) drama encenado, caracterizado pelos conflitos e antagonismo nos programas; c) desempenho dramático do ator político (aparência, atitude, expressão corporal, gesticulação, voz, locução).

E Luiz Inácio, mesmo não tendo conhecimentos sobre a teoria argumentativa e de persuasão, é um bom conhecedor e sabe lidar bem com a sua prática; acentuou com veemência a persuasão e a sedução nos seus discursos, mostrando-se em uma imagem

semelhante ao povo brasileiro, que valoriza o lado gente das pessoas, apresentando críticas aos problemas brasileiros, ressaltando valores morais e sociais da população,

Lula decide candidatar-se a deputado federal e ganha as eleições com a maior votação histórica até aquele momento. Assume em 1986 e participa da elaboração da Constituição Federal de 1988.

Não mais interessado na atuação parlamentar, Lula não se candidata à reeleição como deputado preferindo, a partir do início da década de 1990, intensificar suas atividades pelo partido, colaborando a estruturar as seções regionais do PT.

A relação do Lula parlamentar com o metalúrgico Lula, trabalhador e participante - e organizador - de greves é citada e gera identidade com o povo ao desenvolver uma fala acerca do dia 01 de maio.

[...] A verdade, nua e crua é que sabemos perfeitamente que há uma política para enganar a classe trabalhadora [...] Mas exigir que um desgraçado que ganha um salário de 7.400, 10.000 ou ainda 11.000 cruzados por mês espere mais um pouco é, na verdade pedir-lhe que morra de fome (Palmas), de inanição e chegar ao extremo de um sacrifício que não mais se pode exigir do trabalhador brasileiro. (Brasil, Câmara dos Deputados, Discurso do Deputado Lula na Constituinte, 25/04/1988, p.1318).

Ao fazer uma afirmação desta natureza, o orador se torna idêntico ao sujeito, já que sua origem é a mesma. Ao gerar essa cumplicidade com a população, Lula obtém identidade com a realidade a que se refere. Seus enunciados são facilmente assimilados e suas opiniões brotam, pois na sua relação com o público há uma predisposição do meio social em que ambos estão inseridos.

Quando defende a possibilidade da melhoria da qualidade de vida da população, demonstrando o que também vivenciou, Lula reforça a ideia de identidade popular, de um líder que foi pobre, que viveu as mesmas dificuldades que a população ainda sofre e reafirma toda a associação com o povo. O uso destes contrastes só surge para fortalecer a comunicação e confirmar o grau de representatividade com o mesmo. Um parlamentar que apresenta as necessidades do povo e, na condição de igual, identifica-se como parte do mesmo, aspira buscar a solução dos problemas sociais, estruturais e políticos do país, fatalmente será um político de maior aceitação popular.

Embora os pronunciamentos de Lula sejam evidentemente populares, permitindo à população a compreensão dos acontecimentos governamentais, não podemos negar que se tornou, mesmo que posteriormente, um forte aliado no *marketing* político. Se, por um lado, o “metalúrgico” perdia intenções de voto por não ter graduação, a falta de erudição na comunicação o associou à maioria da população brasileira. O vocabulário

simples não só garante ao povo o entendimento, como também proporciona identidade com este mesmo povo e, conseqüentemente, garante o sucesso oratório.

No plano pessoal, como nordestino, trabalhador honesto, devido a sua origem; no plano político-administrativo, como um político que viveu os mesmos problemas que o cidadão e, portanto, pode administrá-los melhor; e no plano de relação com a sociedade, como um sujeito que se identifica com o trabalhador, devido ao seu passado de sindicalista metalúrgico. Assim, por meio dos eixos encontrados e pela prática social da qual Lula é personagem destacado, é possível a construção da imagem de um representante que tem identidade com o povo, não apenas pela forma de falar, mas pelo o que fala, de que lugar fala, e principalmente, pela identidade histórico-social. Lula, como ator social, de posse do metalúrgico, líder sindical, assalariado, pai de família, trabalhador, cidadão, torcedor de futebol, nordestino, consagrou-se como um político popular.

Luiz Inácio Lula da Silva – a ascensão

Em 1989, realizou-se a primeira eleição direta para presidente após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Esses anos sem eleição direta correspondem à Ditadura Militar no Brasil, que teve uma duração de 21 anos, iniciando em 1964 e tendo seu término em 1985. Resultou do golpe dado pelos militares em 31 de Março de 64, com o afastamento do então presidente João Goulart e a subida ao poder do Marechal Castelo Branco. Obviamente que o golpe não ocorreu de uma hora para outra.

Em um contexto de fortes disputas ideológicas e ameaças entre o modelo capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos e as potências ocidentais, e o socialismo, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), alguns historiadores acreditam que o golpe já vinha sendo ensaiado desde os últimos anos de Getúlio Vargas no poder, nos idos de 1954.

Com a renúncia do mineiro Jânio Quadros em 1961 e a chegada de João Goulart, o Jango na presidência, as classes conservadoras brasileiras temiam um aumento da ideologia socialista dentro do país. O golpe se deu depois de uma grande mobilização das tropas mineiras e paulistas, que culminou na renúncia de Jango e no início da era Castelo Branco. Seu governo foi caracterizado por uma posição autoritária e pela criação da Constituição de 1967, que positivou o governo militar no Brasil e todos os seus braços de atuação.

O último presidente da ditadura militar foi o General Figueiredo (1979-1985). Em um governo rodeado por uma forte crise internacional, inflação altíssima e fortes quedas do PIB. (Produto Interno Bruto). Figueiredo foi o responsável pela abertura democrática do regime ditatorial, com medidas como a criação de eleições diretas para governadores.

Lula se candidatou a presidente em 1989, porém perdeu para seu adversário, Fernando Collor de Mello, candidato da situação, que recebeu apoio de considerável parte da população, que se sentia intimidada ante a perspectiva do ex-sindicalista, radical e alinhado às teses de esquerda. A campanha de Fernando Collor contra Lula, no segundo turno, foi fértil em práticas tidas, na época, por moralmente duvidosas, e que combinavam preconceitos políticos e sociais: o petista foi identificado como trãnsfuga do comunismo, a quem a queda do Muro de Berlim havia transformado em anacronismo, e seus atos político-eleitorais (comícios, passeatas) foram descritos com conotações desmoralizantes.

Inumeráveis articulistas da grande imprensa pronunciaram-se de forma indecorosa sobre Lula: o comentarista Paulo Francis o chamou de “ralé”, “besta quadrada” e disse que se ele chegasse ao poder, o país viraria uma “grande b...”. Além disso, uma antiga namorada, com a qual ele teve uma filha, surgiu durante a propaganda de Collor, durante o segundo turno das eleições, para acusar seu ex-namorado de “racista” e de ter-lhe proposto abortar a filha que teriam. Às vésperas da eleição, a Rede Globo promoveu um debate final entre ambos os candidatos e, no dia seguinte, levou ao ar uma versão editada do programa em sua exibição no Jornal Nacional. O diretor do Gallup Carlos Eduardo Matheus, entre outros, sustentou que a edição foi favorável a Collor e teria influenciado o eleitorado.

A eleição propriamente dita comportou ainda a alegada manipulação política do sequestro do empresário do setor de supermercados Abílio Diniz, que, ao ser liberado de seu cativeiro no dia da eleição, apareceu vestindo uma camisa do PT (KUCINSKI, 1998, p.112).

Apesar da sua derrota em 1989, a liderança de Lula no PT permaneceu incontestável, assim como seu prestígio internacional, expresso no fato de que ele surgiu em pé de igualdade com Fidel Castro quando houve a fundação do Foro de São Paulo, em São Bernardo do Campo, em 1990, que congregava parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe.

Em 1992, Lula apoiou o movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor que se via envolvido em várias denúncias de corrupção. Collor foi afastado

temporariamente e, no final de 1992 renunciou ao cargo. Naquele mesmo ano, Lula passa a atuar como conselheiro do Instituto Cidadania.

Lula e o PT permanecem na extrema esquerda e se tornam críticos do plano econômico implementado no final do governo assumido por Itamar Franco, o Plano Real. Em 1994, voltou a candidatar-se à presidência e foi novamente derrotado pelo, então, candidato, Fernando Henrique Cardoso. Em 1998, saiu pela terceira vez derrotado como candidato à presidência da República. No entanto, foi claramente reconhecido como liderança incontestável da esquerda brasileira ao apresentar-se numa chapa que tinha como candidato à vice-presidência o seu antigo rival Leonel Brizola, que havia disputado arduamente com ele sua ida ao segundo turno das eleições de 1989, como adversário de Collor.

Lula tornou-se um dos principais opositores da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo da política de privatização de empresas estatais realizadas nesse período. A desvalorização do real em janeiro de 1999, logo após a eleição de 1998, as crises internacionais, deficiências administrativas como as que permitiram o apagão de 2001 e, principalmente, o pequeno crescimento econômico no segundo mandato de Fernando Henrique fortaleceram a posição eleitoral de Lula nos quatro anos seguintes.

Em junho de 2002, a Convenção Nacional do PT aprovou uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) que teve por base um programa de governo para resgatar as dívidas fundamentais que o país tem com a grande maioria do povo brasileiro. O candidato à vice-presidência na chapa era o senador José Alencar, do PL de Minas Gerais. A campanha eleitoral de Lula optou em 2002 por um discurso moderado, prometendo a ortodoxia econômica, respeito aos contratos e reconhecimento da dívida externa do país, conquistando a confiança de parte da classe média e do empresariado.

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente do Brasil, derrotando o candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro da Saúde e então senador pelo Estado de São Paulo, José Serra, passando a ser único presidente brasileiro oriundo de Pernambuco.

No discurso de posse, Lula afirmou: “E eu, que durante tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de presidente da República do meu país” (Discurso de posse como presidente da república, no dia 01 de janeiro de 2003).

Em 29 de outubro de 2006, Lula é reeleito no segundo turno, vencendo o ex-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), com mais de 60% dos votos válidos, ultrapassando a marca de Rui Barbosa, que se candidatou quatro vezes. Após esta eleição, divulgou sua intenção de fazer um governo de coalizão, ampliando assim sua fraca base aliada. O PMDB passa a integrar a estrutura ministerial do governo.

A Fundação do Partido dos Trabalhadores

“Escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país”. (Antônio Gramsci)

O PT nasceu no Colégio Sion, localizado em um bairro de classe média alta de São Paulo, lugar improvável para a fundação de um partido operário. Entretanto, no dia 10 de fevereiro de 1980, cerca de 1200 pessoas (sendo quatrocentos delegados eleitos em dezessete Estados brasileiros) compareceram aquela escola para fundar o Partido dos Trabalhadores.

A maioria dos presentes era de estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares, mas não trabalhadores¹ Além disso, o *Manifesto do PT*, aprovado naquela reunião, não falava em socialismo ao contrário da *Carta de Princípios* divulgada em 1º de maio de 1979, elaborada por um comitê composto por alguns sindicalistas, entre eles Jacob Bittar, Henos Amorina e Wagner Benevides, a *Carta de Princípios* começa então a delimitar as ideias centrais sobre organização interna, com um forte sentimento anti-elitista que marcaria o discurso petista ao longo de anos. O documento salienta a necessidade de a classe trabalhadora assumir o papel de direcionar o país, não havendo “donos” do partido, mas sim construindo o mesmo entre lideranças e bases dos sindicatos.

Considerando que o povo brasileiro nunca teve acesso às decisões sobre os rumos do país, afirmavam que o povo veria a democracia quando a classe trabalhadora assumisse seu papel e se organizasse, visto que são as verdadeiras classes produtoras do país. Nesta Carta, o Partido dos Trabalhadores mostra que compreende a emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, que entendem que a democracia é participação organizada e consciente e que jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução dos seus problemas, e o PT se coloca como alternativa a essa emancipação da classe trabalhadora.

O Partido dos Trabalhadores define-se nessa *Carta de Princípios* como um partido para lutar a fim de acabar com a exploração do homem pelo homem, bem como um partido das massas populares capaz de unir todos os operários e outros segmentos de trabalhadores que compõe essa chamada massa exploradora, como bancários, professores, funcionários públicos, estudantes e profissionais liberais); todavia era patente que se tratava de uma organização de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores.

O partido nascia fora da órbita do comunismo soviético, portanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB); afastava-se do “populismo” e negava oficialmente a herança social-democrata. Os petistas afirmavam o socialismo num horizonte distante enquanto defendiam um “programa para a democracia”

Afastada do centro de São Paulo pela Avenida do Estado e a Via Anchieta, o ABC (ou ABCDM) é a região da Grande São Paulo que congrega Santo André da Borda do Campo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

De 1930 até o início dos anos de 1980, o Brasil viveu pelo menos dois grandes processos estruturais que afetaram a região do ABC: a industrialização e a urbanização, ligadas ao aumento demográfico e à acumulação acelerada de capital, especialmente centralizada no Estado de São Paulo. No ABC, a grande indústria automobilística se concentrou, assumindo a vanguarda produtiva e tecnológica do Brasil com suas montadoras e fábricas de autopeças: nos anos setenta, a indústria automotiva liderou a acumulação de capital, com taxas anuais de crescimento acima de 30%².

A taxa de urbanização da população era, em 1940, de 26,35%, e atingiu 77,13% em 1991³. A industrialização e a urbanização se associaram, obviamente, a grandes correntes migratórias, o que se explica pela mobilidade do próprio capital e pela demanda de trabalho gerada pelo seu movimento de reprodução ampliada. Mas o caráter acelerado desse movimento gerou efeitos econômicos, demográficos e políticos singulares. O Brasil viveu sua transição demográfica⁴ (em que a taxa de mortalidade cai rapidamente e a de natalidade continua alta) no século XX.

O novo protesto sindical saíra das entranhas do desenvolvimento econômico da ditadura. As primeiras manifestações foram causadas pela manipulação dos índices inflacionários pelo governo, à época do ministro Delfim Netto. Em 1977 a Folha de S. Paulo revelou que a variação dos preços internos e por atacado em 1973 havia sido de 22,6% (acima da versão governamental que divulgara 11,9% e 12,6%, respectivamente). A partir daquele ano, as mais diversas categorias mobilizaram-se

contra o arrocho salarial, mas com predominância dos industriários. Em 1978, do total de greves, 75,9% ocorreram no setor industrial.

Neste ano os operários da Scânia, no ABC, insatisfeitos com o salário do mês, entraram na fábrica e cruzaram os braços diante das máquinas paradas; logo o movimento se espalhou por 150 metalúrgicos⁵. O caráter molecular e relativamente espontâneo do movimento representou necessariamente um impulso para novas formas de organização, como só ocorre com esses tipos de movimentos⁶. A greve da Scânia pode ter nascido realmente de decisões espontâneas do pessoal da ferramentaria⁷ e da ação de base de um ou outro sindicalista.

Somente entre maio e dezembro de 1978, Lula e seus companheiros organizaram 328 greves⁸. Para Florestan Fernandes a “greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contrarrevolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro”⁹.

O novo protesto sindical era auxiliado, sem sombra de dúvida, por uma extensa rede comunitária dos bairros onde moravam os trabalhadores e suas famílias. Os piquetes não se limitavam às portas de fábrica e eram feitos nos pontos dos ônibus¹⁰: os encontros se davam em bares e as reuniões, proibidas pela polícia, acabavam na Igreja Católica. O estádio de futebol de Vila Euclides, onde Lula discursava para milhares de pessoas sem o apoio de aparelhagem de som, simbolizou o espírito de comunhão daqueles operários. Os que se postavam a frente do palanque, ouviam com atenção e repetiam as palavras do líder para os que estavam atrás.

Ainda em 1978, Lula declarava que a organização da classe operária num partido era só questão de tempo.¹¹

Eram épocas de confronto, pois em 13 de março os 180 mil metalúrgicos do ABC resolveram parar as máquinas. Faltavam dois dias da posse de João Batista Figueiredo como Presidente da República¹². Por causa disso, o lançamento do PT não era consensual entre aqueles sindicalistas que eram chamados de autênticos. Muitos viam no partido uma proposta divisionista e favorável à ditadura e mesmo Lula achava que aquilo diminuiria o nível de solidariedade política às greves do ABC.

E o partido nasceu do Movimento dos Direitos dos Favelados (MDDF), da Igreja local e do movimento de usuários do transporte público.¹³

Socialmente, a base mais importante do PT depois dos operários de empresas multinacionais e do sindicalismo de funcionários públicos foi seguramente a Igreja Católica. Sua influência popular era extensa através das Comunidades Eclesiais de Base

(CEBs) que se multiplicaram nos anos setenta por causa da repressão sobre outras organizações populares.

Associou-se a isto, é claro, a aproximação dos católicos com o socialismo depois do pontificado de João XXIII e da Teologia da Libertação, que tinha uma leitura radical da bíblia e usava categorias marxistas, o que fez com que a edição da Bíblia Pastoral, usada pelos progressistas, fosse recolhida e censurada.

Os trabalhadores rurais estiveram também na base do PT em vários Estados onde não havia concentração industrial de monta. Era uma época difícil para sindicalizar no campo. Entre 1975 e 1989 foram assassinados 1.377 trabalhadores em conflitos agrários¹⁴. O PT refletia necessariamente essas lutas.

Na primeira convenção nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, no ano de 1981, Luiz Inácio da Silva proferiu o histórico discurso que foi incorporado aos documentos básicos da formação política do PT. Ele declarou que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano de luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas¹⁵, tal qual afirmavam tanto a esquerda tradicional quanto a direita, que elogiava os operários enquanto não se imiscuísssem “na política”.

A diversidade social do PT também era grande desde o seu início e isso lhe deu uma originalidade na história da esquerda brasileira e se corporificou no debate intenso, no direito de tendência e na democracia interna. Por exemplo, em Guarulhos, além dos sindicatos e da Igreja já havia inúmeras organizações de esquerda na origem do PT.

O PT era tão diverso social quanto regionalmente. Aliás, a desigualdade social era inseparável da espacial. Em Itaquiraí (MS) o partido nasceu praticamente dentro de um acampamento de sem terra, enquanto outros núcleos se formaram em universidades.

A base social de recrutamento político era formada inicialmente por “operários da indústria, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, coureiros, vidreiros e do setor de serviço, como os empregados em empresas de transporte, bancários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, além de funcionários públicos, como professores das redes municipais e estaduais de ensino”.¹⁶

O líder máximo do PT era sindicalista. Nas paredes seu nome era sempre pichado em maiúsculas: LULA. Era natural que o PT despendesse muita energia prática na construção e manutenção de seus aparelhos sindicais. É comum também considerar o velho PCB como ligado a uma estrutura antiquada diante de um “novo sindicalismo”. O próprio Lula declarou num debate no Instituto Cajamar em 1987 que “o grande empecilho para criar o Partido dos Trabalhadores eram exatamente os comunistas”¹⁷. Na

verdade, era difícil em 1978 separar radicalmente sindicalistas do PCB e do futuro Partido dos Trabalhadores (PT).

Lula despontou como líder nacional na campanha salarial em 1977, depois que ficaram patentes o aumento da produtividade industrial, o achatamento dos salários e as manipulações dos índices inflacionários pelo governo. Mas, então, ele era distante de uma definição ideológica. O discurso que ele leu na posse como presidente do sindicato dos Metalúrgicos rejeitava o capitalismo e a ideologia marxista, embora representasse muito mais a concepção católica do autor do texto: o advogado Maurício Soares.¹⁸

O que efetivamente separava comunistas e petistas era muito mais a leitura da conjuntura política e o vínculo internacional do que o sindicalismo. Tanto que em março de 1981, o PCB discernia o “PT histórico” de Lula, cuja trajetória era vista positivamente, das alas de esquerda que tinham um “papel desorganizador e divisionista”¹⁹. Havia mesmo grupos que entendiam como estratégia uma aliança entre PT e os comunistas.²⁰

Ocorre que o PT era crítico acerbo da União Soviética. Na primeira metade dos anos 80, Lula era comparado ao líder oposicionista polonês Lech Walesa, político e ativista dos Direitos Humanos. Foi fundador do sindicato *Solidarnosé* (Solidariedade) e presidente da Polônia entre 1990 e 1995, sendo o primeiro após a derrocada do comunismo. Em 1967 começou a trabalhar como eletricitista no estaleiro naval Gdanski, onde assistiu à repressão de manifestações operárias pela força das armas. Estes acontecimentos trágicos levaram-no a lutar pela constituição de sindicatos livres no país. Em 1980, Walesa liderou o movimento grevista dos trabalhadores do estaleiro, cerca de 17.000 que protestavam contra o alto custo de vida e as difíceis condições de trabalho. A greve alargou-se rapidamente a outras empresas.

Com dificuldades, as reivindicações dos trabalhadores acabaram por ser concedidas. As reivindicações sociais dos trabalhadores tomaram consequências claramente políticas quando foi assinado um acordo que lhes garantia o direito de se organizar livremente, bem como a garantia da liberdade política, de expressão e de religião. Ambos eram católicos e foram recebidos pelo Papa João Paulo II. Era comum ver carros de petistas com a inscrição *oPTEi* ao lado de “Solidariedade” e muitos militantes usavam indistintamente camisas e broches do sindicato polonês ao lado da estrela do partido, proposta por Júlio de Grammont.²¹ Boletins municipais reproduziam notas de apoio ao sindicato Solidariedade.²²

Na sua trajetória posterior, ambos chegariam à presidência de seus países, mas Walesa foi muito mais influente no início, posto que o declínio do Leste Europeu fosse

tema de importância geopolítica maior do que a redemocratização do Brasil. Assim Walesa ganhou o prêmio Nobel em 1983 e vinte anos depois ninguém se lembrava dele, enquanto Lula não ganhou prêmio naquele momento, mas se fez personalidade internacional posteriormente.

Nos anos de formação, o PT ainda esteve muito preso à definição de sua política sindical e às dificuldades de superar seu isolamento político e a fragmentação interna. Assim, os dois primeiros encontros nacionais se dedicaram quase que exclusivamente a tarefas imediatas, como a nucleação em massa e as eleições. O Primeiro Encontro Nacional foi realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo nos dias 8 e 9 de agosto de 1981. No discurso lido por Lula a palavra “socialismo” (com a variante “socialista”) foi usada quinze vezes. Era natural que muita gente dentro e fora do PT quisesse saber ou definir ideologicamente o partido.

E o que concluir dessa pluralidade toda?

Em seus anos primaveris a formação do PT parecia errática. É que o partido nasceu num solo histórico caracterizado pela dispersão, pelas lonjuras fatigantes, pelas dificuldades de comunicação e por violências assustadoras. Impor uma direção política coerente e única foi uma tarefa difícil e incompleta. Diante dessa complexidade o historiador muitas vezes se limita a multiplicar os exemplos quando se espera dele o ensaio de conclusões. É que aquele partido que buscava por sua vez a voz na vida brasileira só começaria a ser ouvido depois da ameaça de uma verdadeira revolução democrática que de 1984 a 1989 sacudiu o país, embora não o suficiente.

II- SEÇÃO

Pressupostos teóricos

2.1. Primeiras posições.

Michel Pêcheux (1969), considerado o fundador da Análise do Discurso Francesa (doravante AD), afirma que a ciência surge de questões oriundas de uma determinada relação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Tendo surgindo na França nos anos 60, é também lá que a AD teve uma orientação mais linguística. A escola francesa surgiu não só de uma tentativa de suprir o que seria uma lacuna na Linguística, que não levou em consideração a história, mas também pelo cruzamento de interesses de diversas ordens, que acabou produzindo um domínio de investigação original. É ainda na França que o conceito de **discurso** integra o sujeito ao funcionamento dos enunciados, afastando-o de seu papel de “produtor de sentidos”. Para isso colabora também a Psicanálise - que produz um deslocamento da noção de homem para a de **sujeito**, de um sujeito afetado pela língua e pela história.

Sírio Possenti (1990a) retoma uma conhecida formulação de Guespin ao distinguir o que é descrever a língua e o que é analisar o discurso:

Na chamada Análise do Discurso Francesa [...] a diferença entre analisar discurso é incluir ou não as condições de produção na análise. Descrever um evento como “p”, onde “p” é uma sentença é descrever língua, descrever um evento como “x disse p” e “x” é um locutor socialmente definido e ocupado certa posição na sociedade e “p” é uma sentença, é analisar o discurso.

Pêcheux (1969) define empiricamente a noção de “condições de produção” colocando em cena, além dos protagonistas do discurso e o seu ‘referente’, que permitem compreender as condições (históricas) da produção de um discurso, do esquema de Jakobson (1963, p.214), a visão dos protagonistas não como a presença física de ‘organismos humanos individuais’, mas a representação de ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia’.

O conceito de condições de produção do discurso pode ser pensado não sob o prisma da determinação da estrutura sobre o sujeito e sobre o discurso, mas, a partir da perspectiva de que, numa dada sociedade e num dado momento, as condições históricas atuam sobre o discurso, uma vez que se constituem, em grande medida, no confronto de

forças e interesses de agentes históricos reais que deixam, por um lado, suas marcas inscritas no discurso e que, por outro, são afetadas pelo próprio discurso ou pelo conjunto de discursos que circulam numa sociedade.

É necessário, portanto, promover a articulação de problemas linguísticos com a História. Há de se considerar, assim, as condições de produção sócio-históricas tão relevantes quanto o material discursivo. Esse é o nosso propósito.

O que é relevante destacar, no caso, é a consideração do que se pode chamar de enunciação, que implica a história e o sujeito. Pêcheux (1990, p.78) afirma que “fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico (...)”. E o autor acrescenta que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é como uma sequência linguística fechada sobre si mesma”, mas que é necessário referi-lo ao conjunto.

Para proceder à análise da relação língua-discurso então, é necessário que se identifiquem relações entre certas marcas linguísticas responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos e certas condições de produção. As marcas podem ser entendidas como pistas (Ginzburg, 1989) que possibilitam considerar, além do dizer, as condições de produção desse dizer. O que resulta do entrecruzamento entre os três domínios disciplinares citados é bastante influenciado, como veremos, pelos conceitos de ideologia de Althusser, expostos em **Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)**, pelas ideias de Foucault (expostas em **Arqueologia do Saber**), e por Lacan, em sua releitura de Freud.

Ao se levar em conta as ciências humanas na França, nos anos 60, viu-se que o althusserianismo dominava uma parte da cena filosófica, mas as reflexões produzidas no interior das Ciências Humanas, oriundas de imenso conflito de ideias, contribuíram para o aparecimento de novos conceitos de ideologia, afirmando o caráter irredutível da distância entre ciência e representação como se pode ver, por exemplo, em Pêcheux e Fichant (1969). Além disso, Maingueneau afirma que:

Na ideologia os homens exprimem não suas relações com suas condições de existência, mas o modo como eles vivem suas relações com suas condições de existência: o que supõe ao mesmo tempo relação real a relação “vívida, imaginária” [...] Na ideologia a relação real é investida inevitavelmente pela relação imaginária: relação que antes exprime uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), ou mesmo uma esperança ou uma nostalgia, do que descreve uma realidade. (1990, p, 67)

O autor afirma que só se pode entender a origem da escola francesa se colocar em cena outro domínio, “igualmente capital, a psicanálise, vista através do ‘retorno’ a Freud, tal como o definiu nesta época Lacan. Muito se disse sobre a pertinência da noção de ‘discurso’, mas nada se disse sobre a ‘análise’ que é tomada em geral como uma espécie de variante de ‘estudo’(...); a escola francesa de análise do discurso se afirma como uma “análise” (= psicanálise) aplicada aos textos. Há aí muito mais que uma coincidência de nomes: é a materialização de certa configuração do saber em que o mesmo termo ‘análise’ funciona ao mesmo tempo sobre os registros linguísticos, textual e psicanalítico” (p.67).

Em Pêcheux (1969) encontramos que a chamada “escola francesa de análise do discurso” filia-se a uma tradição intelectual europeia (sobretudo na França), com os relacionamentos que já comentamos e a certa prática escolar que é a da “explicação de texto”, muito usada na França.

Inscrevendo-se num quadro que articula o linguístico com o social, ela busca definir o seu campo de atuação, procurando analisar, inicialmente, *corpora* tipologicamente mais marcados, sobretudo os discursos políticos de esquerda, e textos impressos, fato que Maingueneau explica dizendo que, para uma perspectiva althusseriana, o termo “político” na expressão “análise do discurso político” é, de certo sentido, redundante, uma vez que o discurso só é discurso se ligado a interesses políticos. Todo discurso tomado como objeto de análise entra, então, no campo político, já que a discursividade é definida no interior da ideologia.

Dessa forma a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não apenas em relação ao seu sistema interno, enquanto materialidade linguística, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta por meio de uma competência discursiva.

Não se pode negar que a Análise do Discurso alimentou-se do althusserianismo, mas não ficou só nele. Podemos destacar as três fases da AD, tomando por base “Análise do Discurso: três épocas” (Pêcheux, 1983), em que o autor expõe suas ideias sobre o que se poderia chamar de “evolução” da AD.

- a) **A primeira fase** sugere o discurso como um *conjunto de enunciados* que compõem um discurso idêntico a si mesmo e diferente de outros. Na enunciação, quem fala de fato é uma instituição, ou uma teoria, ou ideologia; no que se refere ao sujeito, adota-se a teoria do *sujeito assujeitado*.

- b) **A segunda fase** vem mostrar, considerando os trabalhos de Foucault, que um discurso uniforme, oriundo de uma única fonte, não existe. Foucault descobre que uma formação discursiva é uma *dispersão de enunciados*. Em relação à subjetividade, afirma-se que o sujeito é uma função, e que ele pode ocupar mais de uma.
- c) **A terceira fase** é a que trabalha sob o signo da heterogeneidade, a partir de Foucault, Lacan e Bakhtin. Começa-se a perceber a existência da polifonia como marca característica dos discursos: há muitas vozes, os discursos são atravessados por outros discursos. Discurso e sujeito são concebidos como heterogêneos.

A partir disso sabe-se, então, que um discurso se constrói através do *já-dito*, e que ele pode ser concebido como um espaço onde vários enunciados vêm se cruzar. A questão é saber o que faz com que textos venham entrecruzar-se, ajudar-se ou dissociar-se em um momento preciso. Além disso, um discurso pode ser concebido também como uma interação de diferentes discursos. Algumas vezes, a relação com o interdiscurso pode se mostrar mais apropriada que a relação imediata com as condições de produção.

Por considerar o discurso como um espaço de reformulação, de encadeamentos, de dispersões, de repetições, de desconexões, entende-se o que seja a construção de um discurso através do *já-dito* como sendo ele um produto do entrelaçamento de vários ‘pedaços de fios’ introduzidos em diferentes momentos, interrompidos, relançados “que podem ser pinçados na localização de anáforas, de elipses (...)” (Lima, 1990, p. 22). Esses entrelaçamentos permitem à Análise do Discurso “abordar o estudo da construção dos fios discursivos e dos acontecimentos, e também dos pontos de vista e ‘lugares enunciativos’ no fio intradiscursivo”. (p. 22)

Assim posto, viu-se que, para constituir-se, a AD inscreve-se em um conhecimento epistemológico interdisciplinar, o que faz com que ela se relacione com estes campos de conhecimento de maneira sempre crítica: do campo do Marxismo (na leitura de Marx por Althusser), interessa-lhe compreender como se encontram o ideológico e o linguístico; da Linguística de Saussure, toma a ideia de funcionamento, situando-se na relação com a história; da Psicanálise (na releitura de Freud por Lacan), busca uma noção específica de sujeito, não o empírico ou o unitário e consciente, mas aquele em cujo discurso mostra-se sua divisão. Desses autores, a AD se aproveita, portanto, para formular uma teoria não subjetiva do sujeito.

A teoria do discurso na qual se inscreve a perspectiva de Análise do Discurso, proposta por Pêcheux, considera essas determinações abordadas. E é nessa vertente teórica que se inscreve este trabalho.

2.2. Quadro Teórico de Referência

Nesta parte, pretende-se expor os princípios, noções e conceitos que serão considerados na análise do *corpus*. Expor-se-á apenas alguns princípios, noções e conceitos que comporão o quadro teórico necessário para a análise. A noção de **Formação Discursiva (FD)** implica na relação que mantém com o interdiscurso a partir do qual ela se define, norteará as demais noções necessárias para a composição do quadro teórico. Segundo Pêcheux – AAD: três épocas (1983, p.49) é o interdiscurso que especifica “as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória”.

O discurso materializa as Formações Ideológicas (FI), que são visões de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações e ideias que essa classe tem do mundo. Ainda segundo Pêcheux & Fuchs (1975, p.165) “é a superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada que interessa a uma teoria do discurso”. Sendo assim, é uma materialidade específica articulada com uma materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia. Pêcheux ainda afirma que “(...) o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como ‘determinado em última instância’ pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não - econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica”. Como já foi dito anteriormente, essa concepção de instância ideológica, que vai permitir ao autor chegar à representação do “exterior” da língua é fortemente influenciada por Althusser e seu trabalho sobre as ideologias.

Uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da interpelação do sujeito como sujeito ideológico. Essa interpelação ideológica faz com que o indivíduo se imagine senhor de seu discurso quando, na realidade, fala do lugar ou posição que ocupa em uma classe social de uma determinada formação social. As relações entre as classes sociais são continuamente reproduzidas e o que garante materialmente são os Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1918). Ocorre que, num momento histórico

determinado e no interior desses aparelhos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo confronto de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança antagonismo e dominação.

Segundo Pêcheux & Fuchs (1975, p.11), a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico e:

[...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito com as outras.

Sendo o discurso um dos aspectos materiais da ideologia, pode-se dizer que o discurso pertence ao ideológico. Isso que dizer que a FI “comporta necessariamente, como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas” (idem). Assim, uma formação social traduz certa formação ideológica que dirige os discursos através da formação discursiva, isto é, determina o que pode e deve ser dito.

Em sua obra **A Arqueologia do Saber**, Foucault (1969), concebe a noção de FD, ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber. Numa relação conflituosa, Pêcheux (1990) retoma-a, à luz da AD, fazendo com que ela represente um importante lugar na articulação entre língua e discurso. O linguista adiantava que toda formação social, passível de se caracterizar por certa relação entre as classes sociais, implica na existência de “posições políticas e ideológicas, que não são o feito de indivíduo, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (Pêcheux *et alii*, 1990, p.102). Essas formações ideológicas incluem “*uma ou várias formações discursivas* interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição oral, de um programa etc.) a partir de uma conjuntura dada”. Essa tese tem uma incidência sobre o sentido, pois “as palavras ‘mudam de sentido’ passando de uma *formação discursiva* a outra”.

O conceito de Formação Discursiva é ambíguo, porquanto, apesar da constante reconfiguração, a FD guarda um núcleo relativamente estável, em torno do qual se articulam os componentes mais mutáveis, às vezes contraditórios.

Tal fato explica-se porque o sentido se constitui a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si, no interior de cada FD a qual, por sua vez, está determinada pela FI de que provém. Esses são traços que dirigem os processos

discursivos e podem ser definidos como “relações de parafraseagem interiores à *matriz de sentido* de uma FD”. (Pêcheux & Fuchs, 1975, p.14).

Os processos discursivos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. No entanto, o sujeito falante tem a *ilusão discursiva* não apenas de ser a fonte do sentido (ilusão – esquecimento nº 1), mas também de ter domínio daquilo que diz, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão – esquecimento nº 2). Essas duas ilusões do sujeito apontam para a questão ideológica do *sujeito do discurso* – interpelando, mas acreditando ser livre; atravessado pelo inconsciente, mas imaginando-se consciente. É desse modo que o sujeito do discurso produz os seus discursos.

A noção de FD envolve dois tipos de funcionamento: *a paráfrase e o pré-construído*.

Para analisar a superfície linguística de um discurso é necessário examinar os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo em questão, buscando estabelecer as **famílias parafrásticas** para estabelecer suas matrizes de sentido. As famílias parafrásticas formam-se ao longo do dizer e indicam que esse dizer sempre podia ser outro. Estão inseridas no *esquecimento nº 2*, (Pêcheux & Fuchs, 1975), que é da origem da enunciação e produz no falante a impressão de saber claramente o que está dizendo. Essa impressão, denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras. Esse esquecimento é o chamado *esquecimento enunciativo* e atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. Somente após termos estabelecido as matrizes de sentido das famílias *parafrásticas*, é possível atingir a FD que afeta o sujeito do discurso. Vê-se, assim, que uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço onde os enunciados são reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlando (1987, p.116) contrapõe outra: a de *polissemia*, atribuindo a esses conceitos opositivos o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. Enquanto a *paráfrase* é um mecanismo de “fechamento”, de “delimitação” das fronteiras de uma FD, a *polissemia* rompe essas fronteiras instaurando a pluralidade, a pluralidade, a multiplicidade de sentidos.

O **pré-construído**, segundo Pêcheux & Fuchs (1975), é um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a linguística. O termo designa um elemento constitutivo do **interdiscurso** através do qual a FD, concebida com um

domínio de saber fechado, relaciona-se com seu exterior. Para o autor, a FD é “constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar, (isto é, de outras FD) que se repetem nela”. Esse relacionamento de uma FD com seu exterior obriga a “descobrir os pontos de confronto polêmicos nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessando por uma série de efeitos discursivos, tematizados com efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplicas estratégicas”. No horizonte dessa problemática aparece a ideia de uma “espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras”. (Pêcheux, 1983, p. 314).

O pré-construído remete, assim, às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: “o que cada um pode ver” e simultaneamente “o que cada um sabe em uma situação dada”. Isso equivale a dizer que se constitui no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante “o que um conhece, pode ver ou compreender” e o que determina, também “o que pode ser dito”. (Courtine, 1981a, p.35). O pré-construído é o “*sempre - já-lá*” da interpelação que não só fornece, como também impõe à realidade e seu sentido, sob a forma da universalidade. Assim, o pré-construído, entendido como “objeto ideológico, representação, realidade” é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito Universal (SU) da FD.

Sendo assim, o conceito de FD regula a referência à interpretação – assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso e permite estabelecer o fato de que sujeitos falantes, situados em determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras. Então, numa FD o que se tem são “várias linguagens em uma única” (Courtine, 1981a, p. 36).

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior de um interior, mas se inscreve em diversas FD como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica.

Courtine retoma o conceito de **interdiscurso** apontando-o como a instância de formação / repetição/ transformação dos elementos de saber de uma FD, em função das posições ideológicas que ela representa em uma dada conjuntura. Em outras palavras: o interdiscurso é o lugar de formação do pré-construído e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de pré-construídos que lhes são exteriores, provocando

redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD.

Dessa forma, embora uma FD controle em seus falantes “o que deve e pode ser dito”, buscando uma homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior da “unidade” dos conjuntos de discursos.

Retomando Foucault (1971, p.173), “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. É nesse sentido que ele vê uma FD como um “espaço de dissenções múltiplas” (p.175), em que atuam oposições (a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade), cujos níveis e papéis devem ser descritos não com o objeto de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais de pensamentos, mas de demarcar “o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam”.

Courtine aponta o enunciado como elemento do saber próprio a uma FD, dizendo que “o enunciado consiste em um esquema geral que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações”, que ele entende como o “conjunto estratificado (não-sintagmatizado) de formulações”, que são as (re) formulações possíveis do enunciado. Trata-se de uma “dimensão vertical e interdiscursiva, onde os objetos se formam como pré-construídos” (1981, p.41). O autor contrapõe o enunciado à enunciação, que remete ao eixo horizontal, intradiscurso. A enunciação consiste em uma “sequência linguística que representa uma das possíveis reformulações do enunciado, a qual marca a sua presença material no intradiscurso de um elemento de saber oriundo de uma FD. É no intradiscurso que o desnivelamento discursivo dos enunciados é linearizado e colocado em uma superfície única de enunciação articulada” (p.42).

Dessa forma, toda sequência discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução / transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: daí porque o estudo do intradiscurso de toda sequência deve estar associado ao do interdiscurso da FD (Courtine, 1981, p.35).

De tudo o que foi dito até agora, pode-se salientar dois aspectos complementares: por um lado, “o discurso representa, no interior do funcionamento da língua, efeitos da luta ideológica” e, por outro, “o discurso manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia”. (Courtine, 1981, p.34).

Retornando à reflexão do autor sobre o enunciado, (pp.41-8), “no nível do interdiscurso existe um espaço de parafraseagem discursiva, no qual é possível que tantos valores semelhantes quanto antagônicos” sejam associados ao mesmo enunciado discursivo. Essa representação do enunciado sob forma dividida aponta para a contradição onde A e B representam posições referenciais dominadas por FD antagônicas. A isso, Courtine chama “**enunciado dividido**” que indica o limite entre o formulável (FDA) e o não- formulável (FDB). Assim, no interior do enunciado encontra-se o aspecto ideológico, que só é percebido através da materialidade linguística da enunciação.

O aparato teórico exposto até aqui mostra-nos que estamos diante da problemática da “heterogeneidade”. Senão vejamos: **formação discursiva**, dotada de fronteiras desestabilizadas, que já não tem, portanto, muita razão de ser em função do **interdiscurso**, regulador das transformações da FD; o **pré-construído**, formulação de um já dito assertado em outro lugar; o **enunciado dividido** instaurador do confronto de sentidos.

Nessa etapa da AD, o trabalho de Authier-Revuz (1982) indica formas de **heterogeneidade** que marcaram fortemente a terceira fase da AD e que acusam a presença do **outro**. Jaqueline Authier diz que “em toda fala, sempre, sob nossas palavras, ‘outras palavras’ se dizem; (...) o discurso é constitutivamente marcado pelo discurso do outro” (p. 40).

Authier-Revuz postula duas formas ou manifestações distintas de heterogeneidade: a **heterogeneidade mostrada**, que incide sobre as manifestações explícitas recuperáveis (p. ex. discurso direto, indireto, aspas) e a **heterogeneidade constitutiva**, modalidade implícita, onde não é possível determinar, através de marcas linguísticas, “a presença diluída do outro no um”. A heterogeneidade constitutiva conduz o sujeito do discurso a um “vertiginoso interdiscurso” (p. 34).

Pêcheux (1983), em suas reflexões sobre o discurso-outro, questiona se seria de fato “o discurso de um outro colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocado em cena como um outro” (p. 316).

A heterogeneidade mostrada, em sua forma marcada, é da ordem da sintaxe, conforme afirma Authier-Revuz, enquanto que a heterogeneidade constitutiva tal como descrita pela autora, relaciona-se com a ilusão-esquecimento nº 1, também chamado esquecimento ideológico, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. O esquecimento

nº 1 tem forte ligação com o sonho adâmico, o sonho de ser o primeiro homem dizendo as primeiras palavras, que significaram apenas e exatamente o que desejamos. Embora os sentidos se realizem em nós, eles apenas se apresentam como se originando em nós: são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não por nossa vontade. Ressalta-se que a **heterogeneidade marcada** é da ordem do enunciado e, portanto, visível na materialidade linguística, enquanto a modalidade **não-marcada** é da ordem do discurso não tendo, portanto, visibilidade.

Cabe, agora, introduzir a categoria analítica de memória discursiva. Segundo Pêcheux, o enunciado pode tornar-se outro, implicitamente, diferente de si mesmo e se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro. O que o autor quer dizer, é que é possível relacionar o que é dito numa sequência discursiva com o que é dito em outros discursos para melhor interpretar o não dito no interior do que é dito. “Todo enunciado, toda sequência de enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxica- sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (1990, p.53).

Sendo uma sequência discursiva passível de ser analisada também a partir de seus pontos de deriva, buscaremos na materialidade linguística das sequências discursivas em análise, as pistas discursivas que nos possibilitem analisar tais sequências em relação com o discurso do outro.

Ainda buscando Pêcheux (1990, p.54-5), “a descrição de um enunciado” ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo, (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso - outro como espaço virtual da leitura desse enunciado ou dessa sequência. Sendo assim, se a presença virtual instaura-se na materialidade descritível da sequência linguística, apenas será percebida como já-dito, se houver o seu confronto com a memória discursiva. Achard (1990) afirma que:

A memória discursiva decorre de uma relação dialética entre a ‘repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido’ de tal modo que a regularização apoia-se necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido (p.16).

Segundo o autor, à medida que a repetição ocorre através da paráfrase discursiva, instauram-se variações e transformações no processo discursivo. Assim, as repetições constroem famílias parafrásticas e é em seu interior que se estabelece a

comparação entre o mesmo e suas repetições, donde ocorre a regularização do sentido. Achard (idem) afirma que “a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”.

Dessa forma, “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (p.17), de tal modo que a enunciação não decorre do locutor, mas de operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

A repetição ou o apagamento dos elementos de saber de uma FD, ou seja, dos enunciados, indica o que Courtine (1981, p. 52) chamou de **memória discursiva**. Quando um enunciado é atualizado através de uma enunciação, dá-se a “atualização de um acontecimento”. Sendo assim, “é da relação do interdiscurso com o intradiscurso, através da articulação de enunciado / enunciação que se dá o efeito de memória em um discurso”. (p.53).

O efeito de memória é, portanto, produto da relação que se joga entre esses dois níveis – o interdiscurso e o intradiscurso – ao se fazer emergir uma formulação – origem na atualidade de uma “conjuntura discursiva”.

A FD, sendo determinada pelo interdiscurso, pode se inscrever na ordem da **memória plena**, que funcionaria como possibilidade de preenchimento da superfície discursiva com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consistência no interior de uma rede de formulações – a estratégia usada seria a da repetição; ou na ordem de uma **memória lacunar**, que funcionaria como produtora de deslocamento, vazio, esquecimentos que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. Esse efeito pode, entretanto, ser ideologicamente neutralizado pelo locutor que, através de manobras discursivas niveladoras, homogeneizadas, procura anular qualquer ‘desnível’ do discurso: estaríamos lidando, então, com o apagamento. Courtine (1983, p.15) entende que essas duas modalidades do interdiscurso indicam, ainda, que “memória e esquecimento são indissociáveis na enunciação do político”.

Disso se apreende que a memória discursiva permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior na continuidade interna. Esse efeito de memória reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, conseqüentemente, homogêneo. Tal categoria analítica é imprescindível para analisar a heterogeneidade não marcada, própria da ordem do discurso.

Pensamos ser necessário, agora, uma breve retomada dos principais conceitos que embasarão a nossa análise.

No começo deste trabalho, dissemos que ele se constituiria a partir de certa maneira de pensar a linguagem e o político. Daí a nossa identificação com os pressupostos teóricos que definem a teoria de Análise do Discurso, desenvolvida por Michel Pêcheux. É sempre o mesmo fundamento que norteia os trabalhos filiados a essa teoria: o caráter material dos processos de produção de sentido, isto é, a determinação histórica produzida pelos processos sócio-históricos sobre os processos de constituição do sujeito e do sentido.

É a partir deste pressuposto que tentaremos desenvolver nosso trabalho, buscando a relação entre discurso e política como formulada por Henry (1985), que diz que “a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (p. 24). Para Pêcheux, o discurso é entendido como prática discursiva e, portanto, independe da ‘vontade’ de um sujeito qualquer ‘com controle’ dos enunciados.

Segundo Pêcheux & Fuchs:

Toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório desigual, sobredeterminado – determinado das FDs, que caracteriza a instância ideológica das condições históricas dadas. Uma vez que não existe prática sem sujeito, e em particular prática discursiva sem sujeito, a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do efeito do complexo das FDs na forma-sujeito. Não se trata de dizer, porém, que uma prática seja a prática de sujeitos (no sentido dos atos, atividades de um sujeito), mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática que se inscreve [...] Não há prática de um sujeito, há apenas sujeitos de diferentes práticas. (1975, p.137).

Dando sequência à apresentação das noções teóricas que acabamos de apresentar, é possível agora retomar as questões iniciais que são o objetivo deste trabalho. Em nossa concepção, os dois movimentos - de fechamento e de abertura do espaço discursivo em análise - estão presentes nos discursos em análise. Em outras palavras, o funcionamento discursivo de nosso corpus encontra-se marcado por processos discursivos que tentam representá-lo com espaço discursivo fechado e impermeável a outros discursos. Entretanto, como tal homogeneidade é ilusória, também atuam aí processos discursivos cujo funcionamento consiste em incorporar o discurso-outro, que respondem pela heterogeneidade fundante desse espaço discursivo.

A explicação desses processos constitui o objetivo das análises presentes nos capítulos que formam as próximas seções deste trabalho.

2.3. Metodologia e corpus

Sabe-se que não há modelo único que sirva de receita para análise de todo e qualquer discurso. Pensando nisso, a abordagem teórica aqui apresentada conduz ao estabelecimento de uma metodologia que possibilite na análise do *corpus* em questão.

Vale a pena fazer uma distinção entre as noções de *corpus empírico* e a de *corpus discursivo*. Por *corpus empírico* entende-se a totalidade das alocações dos políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva e outros, realizadas no período cronológico que antecedeu a eleição do primeiro para a Presidência da República do Brasil; por *corpus discursivo*, apenas as sequências discursivas que serão o objeto sobre o qual incidirão nossas análises.

Courtine (1981a, p. 24) afirma que o *corpus discursivo* é um “conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um *campo discursivo de referência*.” O campo discursivo de referência define-se como um tipo específico de discurso, como por exemplo, o discurso político, ou ainda o discurso político de um locutor específico. Nessa investigação, o *campo discursivo de referência* - os discursos de Lula – dá-se no enquadramento cronológico que vai desde a campanha das Diretas Já até o período em que Lula foi investido da função-presidente, eleito pela maioria dos votos da população brasileira, mais precisamente entre 2002 e 2010), época da qual selecionamos extratos dos discursos por ele produzidos. Assim, para efeitos de metodologia, teremos: **Lula opositorista - LO** – candidato a presidente por três vezes consecutivas, obtendo três derrotas também consecutivas e crítico ferrenho de todos os presidentes que dirigiram a nação na época, Fernando Collor (15/03/1990 a 02/10/1992); Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 a 01/01/2002) e **LP** - referência a **Lula presidente**, no período de 2002 a 2010, época em que seu discurso se transforma.

Ao estabelecermos um *campo discursivo de referência*, não estamos delimitando o *corpus discursivo*. Ele será apenas o espaço discursivo a partir do qual o *corpus discursivo* propriamente dito será construído. A partir daí, selecionaremos e identificaremos no *corpus* empírico, as sequências discursivas que constituirão nosso objeto de análise e constituirão o *corpus discursivo*. Courtine (1981, p. 2) afirma que essas sequências discursivas são “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”. E o autor acrescenta que “a natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis”.

As sequências discursivas são selecionadas com base em nossos objetivos e constituirão os recortes discursivos que, unitariamente, constituirão o nosso *corpus* discursivo.

Orlandi (1983, pp. 128-9; 1984 pp.13-7) formulou a noção de recorte discursivo, para distinguir o gesto do linguista que segmenta a frase, do gesto do analista do discurso que, ao recortar uma sequência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem-e-situação. É neste sentido que a autora propõe “o recorte como unidade discursiva” (Orlandi, 1984, p.14). Dessa forma, cada recorte será composto por uma sequência extraída de cada domínio discursivo do *corpus*. Então, se o fato em análise ocorrer nos dois domínios, o recorte terá duas sequências discursivas, identificadas pelas siglas de seus nomes. Isso não impedirá de se incluir no recorte um número maior de sequência, se for o caso.

Cada uma das sequências discursivas será seguida, entre parênteses, com a data do pronunciamento e o nome da imprensa (jornal, revista, internet) em que se encontra publicado o discurso.

Procuramos oferecer uma amostra representativa para cada questão, que será objeto de análise, de modo que as sequências discursivas selecionadas funcionam como sequências discursivas de referência.

Em primeiro lugar, faremos a distinção entre os discursos do opositor, designado por **F1** e os discursos do presidente, que terá a designação de **F2**. **FD1** será a identificação da FD que afeta os discursos do opositor, **FD2** será a FD do presidente. Paralelamente, **FD3** é um terceiro discurso, que também chamaremos de discurso-outro, que representa o contrário, afetado basicamente por **FD1** e **FD2**. **F3** estará em posições contrárias às posições do sujeito do discurso **F1** e **F2**.

Os enunciadores cujas vozes cortarem os discursos de **F1**, **F2** e **F3** serão denominados de **E**, seguido do número que representa a ordem de ocorrência nas sequências discursivas. Para que não ocorra nenhuma dúvida, faremos a distinção dos enunciadores dos discursos de **F1**, **F2** e **F3**, colocando, após **E** as letras **O** para opositor e **P** para presidente, entre parênteses.

Finalmente, por constituir-se dos diferentes recortes, o *corpus discursivo* está totalmente inserido no corpo deste trabalho e funciona como eixo estruturador de seus capítulos e seções.

III- SEÇÃO

Análise dos Discursos de Luiz Inácio Lula da Silva antes e durante a presidência

Nesta parte do trabalho, examinaremos as diferentes representações que os sujeitos de **F1**(discurso de esquerda) e **F2** (discurso do presidente) assumem na enunciação do discurso em análise. Pretendemos examinar sob o rótulo **Nós**, as representações do “**Nós opositorista**”, político da esquerda e “**Nós presidente**”, primeiro chefe de nação de extrema esquerda eleito no país e a representação discursiva do outro, isto é, o interdiscurso, a heterogeneidade, durante todo o processo analítico. Assim, a divisão da terceira parte deste trabalho em três seções se deve especialmente a questões metodológicas.

3.1. O “Nós” opositorista

Como já comentamos, o percurso que seguiremos organiza-se a partir do trajeto enunciativo configurado pelo conjunto de regularidades que caracterizam os discursos de F1 e F2.

Consideramos, para efeitos de análise, toda a série que se refere à primeira pessoa do plural: **nós**, **nos**, **nosso** e **nossa**, bem como a **desinência verbal** da mesma pessoa.

Segundo Benveniste (1988), o **nós** não é exatamente um plural, mas um eu ampliado, que possibilita ao enunciador integrar outros enunciadores ao seu dizer. De modo que nós, por sua própria natureza, “designa conjuntos lexicalmente não-nomeados”. (Guespin, 1985, p. 46)

As fronteiras indefinidas e móveis de **nós** permitem que a indeterminação referencial instaure-se por meio dele. Segundo Geoffroy (1985, p. 6) “**nós** é a primeira encarnação linguística do ‘ mais de um’ através da qual é possível examinar a passagem do ‘sujeito falante para o sujeito político”.

Guespin (1985, pp. 45-6) retoma a questão da interlocução e acrescenta que o funcionamento da relação **eu/tu** tem muito pouco a oferecer no que diz respeito aos interlocutores sociais. Em seu lugar, surge um **nós**, que se mostra muito produtivo, pois, através dele, o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los linguisticamente, daí decorrendo a ambiguidade de seu dizer.

Posto que o **nós** designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, entendêmo-lo como uma *não-pessoa discursiva*. Na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva

corresponde a um referente lexicalmente não-especificado, ao qual o *eu* se associa para constitui **nós**.

A amplitude referencial de **nós** em nosso *corpus* é muito extensa, o que nos obrigou a estabelecer critérios que possibilitassem a identificação dos diferentes tipos de **nós** mobilizados nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apresentamos, a seguir, a grade dos referentes discursivos de **NÓS** em F1 e F2. Vale a pena dizer que não pretendemos que seus limites sejam rigidamente estabelecidos. Considerá-los-emos como possibilidades, podendo cada nível, portanto, ocorrer como referentes discursivos diferentes na mesma sequência, o que significa dizer que podem infiltrar-se mutuamente (de fato, os discursos se atravessam). Acreditamos que, no decorrer da análise, o **nós** possa adquirir mais especificamente o efeito ora de um nível, ora de outro. Vale a pena lembrar, a respeito disso, que os sentidos deslizam, derivam para outros sentidos, para outras posições (Orlandi, 1999, p. 53), que esse efeito é da natureza dos discursos.

Sabemos que o sentido só existe como efeito de interpretação. Não está no texto, está nesse movimento de interpretação. A evidência da interpretação não é igual para todos, depende da memória. A leitura nunca é a mesma para todos, sincrônica e diacronicamente, isto é, agora e no tempo. Por esse fato, acreditamos que não podemos usar de rigidez absoluta em relação aos níveis referenciais que ora apresentamos.

Quadro Referencial	
Nós em F1 / F2	
Nível	Descrição do Referente Discursivo
Nós 1	Lula sindicalista
Nós 2	Lula líder do PT
Nós 3	Lula e a pobreza brasileira
Nós 4	Lula deputado
Nós 5	Lula presidente

Todos os níveis de **Nós** representados neste quadro pertencem à esfera pública. O mesmo se pode dizer em relação à esfera individual. Em **Nós 1** e **Nós 2** há a representação dos membros dos sindicatos e os filiados ao Partido dos Trabalhadores, respectivamente, o que transforma Luiz Inácio em homem público. O **Nós 5** e o **Nós 4** são do espaço do domínio público institucional, do qual os sujeitos de F1 e F2 se fazem porta-vozes. Os mesmos níveis têm, no entanto, marcas diferentes de representação. Em **Nós 4**, os sujeitos de F1 e F2 associam-se autorizados pela parcela da população que o elegeu; em **Nós 5**, a diferença reside na fala dirigida à totalidade da população e não

somente àquela parcela de eleitores. Como efeito de **Nós 3**, o sujeitos de F1 e F2 associam-se apenas à classe baixa da população brasileira, àquela parcela que representa a pobreza.

A partir do quadro acima, estabelecemos os recortes discursivos para analisar essa representação dos sujeitos de F1 e F2.

Nós 1 – Sindicalista

LO - Meus três irmãos mais velhos já trabalhavam, **eu** e o Frei Chico, **a gente** vendia laranja, vendia tapioca, vendia amendoim. (LULA, citado por Paraná, 2003, p.54)

LO - Para um menino pobre, como **eu**, o Senai era tudo o que **eu** sonhava na vida. Aprender uma profissão! [...] **Passei** a ganhar um pouco mais que um salário mínimo. Então **eu** era orgulho da família. (LULA, citado por Paraná, 2003, p.54)

Como finalidade de esclarecimento, informamos que a sequência discursiva acima, do sujeito de F1, faz parte do livro *Lula, o filho do Brasil*, escrito pela jornalista Denise Paraná e editado em 2003, pela Fundação Perseu Abramo, instituição ligada ao Partido dos Trabalhadores.

As primeiras fases de F1 são classificadas como de extrema esquerda, mostra que o período de Lula sindicalista é caracterizado por uma formação ideológica emergente, com fundamentos no marxismo, que cobrava liberdade de expressão e criticava a exploração das massas pelos detentores do capital. A situação brasileira, na época, foi relevante para a manifestação das ideias ocorrerem de forma contestadora. O país vivia o regime de recessão na Ditadura Militar e diversos movimentos populares clandestinos discutiam uma forma de acabar com aquele sistema, restabelecendo a democracia. O sindicalismo, nesse contexto, destacou-se pela organização da classe operária, fundando com a realização de greves nacionais que contagiaram outras categorias.

Influenciado pelo contexto e pela ideologia, o **Nós1** manifestou informalidade, predominância de vocativo, de comparações e referência ao passado. Por referências ao passado, a professora da Universidade Federal do Paraná, Luciana Panke, ressalta:

Em geral, a referência ao passado se faz como técnica argumentativa: ora se busca provar que o realizado não foi satisfatório ou então insuficiente, ora se procura demonstrar, por atos do passado do próprio orador, menções para fortalecer a credibilidade do discurso e estabelecer a credibilidade do

discurso, e estabelecer um suposto voto de confiança ao que é falado. (PANK, 2003, p.2)

Nos dois enunciados do *corpus* não há a presença de **nós**, mas segundo Benveniste, (1988, p. 258), às vezes o “eu se amplifica por meio de *nós* numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida: é o *nós* de majestade”. O emprego do “Nós” majestático, eventualmente pode conferir ao discurso efeitos de autoritarismo. Não é o caso da primeira sequência discursiva, uma vez que o discurso nela presente admite a inserção de *vozes* exteriores ao discurso, como se vê em: “Frei Chico” e “meus três irmãos mais velhos”; no primeiro caso, temos a presença de um enunciador E (F1), Frei Chico e, no segundo, um grupo de enunciadores – E (O), representados pelos três irmãos de Lula.

Ainda na primeira sequência, Lula dá a voz a Frei Chico também por incluí-lo nas vendas de “laranja, tapioca, amendoim”. Nesse último grupo, Lula e Frei Chico estão representados pelo grupo de enunciadores E “a gente”. A ação do sujeito é claramente mostrada no “cruzar de vozes”, que permite que um mesmo fato seja dito de várias maneiras, por vozes diferentes.

Na segunda sequência discursiva, há a presença do **eu** numa também explícita tentativa de seduzir as camadas menos privilegiadas da sociedade. O “Senai”, como dimensão coletiva, é visto como instituição que, no discurso do sindicalista sai do anonimato para manifestar-se como uma *não-pessoa discursiva*, mas determinante na consecução de um objetivo de Lula – o de fazer o curso de torneiro mecânico. A “família” passa a ter voz nessa sequência, pois se trata de um enunciador que, de certa forma, corrobora com tal objetivo, dando-lhe mostras de orgulho pela conquista de uma vaga naquela escola profissionalizante.

Para “**Nós1**” esse discurso o aproxima da realidade da maioria da população brasileira, os argumentos são de identidade, reciprocidade, comparação e de sacrifícios. Observa-se que esses argumentos afetam o interlocutor justamente pelo fato de se aproximarem de sua realidade. “A vida cotidiana, familiar ou política nos fornecerá, em profusão, exemplos de argumentação retórica”. (Perelman, 1997, p.87). A argumentação fundamentada no caso particular utiliza-se de exemplos, ilustrações ou modelos que possam aproximar o discurso da realidade vivenciada pelo público-alvo.

Nós 2- Lula líder do PT

Esse período durou pouco mais de 20 anos, (1980-2002) o que explica a imagem predominante de **Nós2** no imaginário coletivo. Nesse momento **Nós2** é contestador, consagrou-se como liderança popular, abrindo a possibilidade de organização de massas.

A crítica ao sistema era claramente divulgada, como se pode observar no trecho a seguir, extraído do programa veiculado no Horário Eleitoral Gratuito:

Todo o trabalhador sonha em poder comprar um presente de natal para o seu filho. Sonha em poder comprar um presente no dia do aniversário. Esse é um sonho, esse é um sonho pequeno, esse é um sonho que não é nada pá (sic) quem trabalha a vida inteira. Pra quem trabalha 240 horas por mês. Esse é um sonho que não deveria ser nada pra quem trabalha de sol a sol. E por que não pode fazer isso? Por que não podem? Exatamente porque o sistema que predomina nesse país é um sistema capitalista arcaico, onde meia dúzia pode tudo e a maioria não pode nada. (Lula, 08/10/1989)

O **Nós1** e o **Nós2** transformam F1 em homem público e junto com a criação do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 80, os discursos articulavam questões mais abrangentes, como a organização política e as decisões na área econômica. Nesse momento **Nós2** inseriu na sua fala a necessidade de geração de empregos cobrando ações das esferas governamentais. As condições de produção correspondiam ao início da abertura democrática no Brasil e à organização das classes populares e o PT foi o primeiro partido a se manifestar na campanha pelas “Diretas Já!”, realizada em 1984. Com isso, a ideologia dominante na formação do Partido correspondia a princípios socialistas, com manifestações por condições iguais de oportunidades, pela distribuição de renda e por direitos políticos.

A estrutura argumentativa de **Nós2** manteve a informalidade com o uso constante de vocativos e comparações e da argumentação pelo exemplo, superação, direção, ligação simbólica e causalidade.

Nós3 – Lula e a pobreza brasileira

Nós3 (F1) associa-se com a generalidade de seus interlocutores mais necessitados para formarem a “totalidade das pessoas pobres”. Temos aí a instauração de um processo de total exclusão de políticos, empresários, comerciantes, enfim, da parcela mais favorecida pela vida. Há um *Nós* representado que são os pobres brasileiros.

LP - Vou trabalhar 24 horas todos os dias enquanto houver gente passando *hambre*.

(Em 2002, como presidente eleito do Brasil, gastando o espanhol em conversa com parlamentares argentinos.)

É um nível de **Nós** localiza-se dentro do espaço institucional, na esfera pública. A pobreza brasileira - “gente passando *hambre*” – é representada no universo discursivo. Por ser do espaço coletivo – “vou” (presidente da República), permite ao sujeito de F1 socializar o seu dizer, repartido com a não-pessoa discursiva – a pobreza brasileira. Ao utilizar o verbo na 1ª pessoa, **Nós3** não promove um processo de exclusão, uma vez que fala da posição discursiva de presidente do Brasil. O “eu” oculto na desinência verbal é explicado por Benveniste (1988, p. 258): “o *eu* se amplifica por meio de *nós* numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida: é o *nós* de majestade” (grifos do autor).

LP- No dia da **minha** posse, em primeiro de janeiro de 2003, eu firmei um compromisso com o Brasil. Eu prometi que, no final do **meu** governo, cada brasileiro teria conquistado o direito a pelo menos três refeições por dia. O tempo mostrou que esse compromisso envolvia mais do que simplesmente dar comida a **famintos**. Era a opção por um modelo de desenvolvimento combinado com distribuição de renda.

(29/05/2012 - V Fórum dos Ministros do Desenvolvimento Social organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)

O mesmo ocorre com “minha”, “meu” da sequência acima. O sujeito de F1 fala utilizando o *nós* de majestade, representado pelo *eu* amplificado. “Brasil” realiza um processo de inclusão – o enunciador fala para todo o país e não só para uma parcela da população brasileira. “Meu governo” inclui todo o *Sistema*, ministros, secretários, diretores, etc. Os discursos vêm sempre de outros discursos, que constituem o já-dito que nele aparece de maneiras diversas. No caso citado acima, o que ocorre é uma “alusão” a um pré-construído não-dito. O que queremos dizer é que os “famintos” serão beneficiados, pois terão “pelo menos três refeições por dia” e “cada brasileiro” também seria beneficiado, pois veria resolvido o problema da fome em seu país.

LP -“Bobagem, essa coisa que inventaram que **os pobres** vão ganhar o reino dos céus. **Nós** queremos o reino agora, aqui na Terra. Para **nós** inventaram um slogan que tudo tá no futuro [...]. **Queremos** que todo mundo vá pro céu, agora. **Queremos** ir pro céu vivo. Não venha pedir para **a gente** morrer para ir pro céu que **a gente** quer ficar aqui mesmo” disse.

(21/07/2011 – Lançamento do Plano de Safra da Agricultura Familiar da Bahia 2011/2021)

O sujeito de F2 faz uma crítica à Bíblia, por meio do interdiscurso, mais precisamente ao versículo do evangelho de Lucas 18,25 - “Porque é mais fácil entrar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus”. O que parece é que o sujeito de F2 faz uma crítica ao próprio Deus bíblico. O processo de exclusão presente em “os pobres”, ratificado pelo versículo aludido é substituído pelo de inclusão, quando o enunciador diz “queremos que todo mundo vá pro céu...”.

As ocorrências de **Nós**, também ocultas na desinência verbal em “queremos” e “a gente” institui a figura discursiva do porta-voz. Lula fala por todos os brasileiros e por que não pra todo o universo? Parece haver, nesse caso, um **Nós**=Sujeito Universal de direito que funciona discursivamente como categoria homogênea, que não permite operações de divisão interna, pelas quais os elementos que integram sua extensão poderiam ser distribuídos em conjuntos discretos.

LP - “**Precisamos** garantir o café da manhã, o almoço e a janta porque quem tem fome não pensa. A dor no estomago é maior do que muita gente imagina, e a pessoa que tem fome não vira revolucionário, vira submisso, pedinte, dependente. A fome não faz o guerreiro que **gostaríamos** que fizesse. A fome faz um ser humano subserviente e humilhado, sem força para brigar contra seus algozes, que são responsáveis pela fome”.
(10/05/2010)

Entram na cena discursiva vários enunciadores, instituídos pela abertura da FD (EO): “seus algozes” “responsáveis pela fome” constituem os sujeitos de F3, responsáveis pela fome de parcela do povo brasileiro pobre, antagônicos, portanto, à ideologia de F2. O sujeito de F2 se apropria do discurso da pobreza e fala por eles, instituindo-se como seu porta-voz: “quem tem fome não pensa”, “quem tem fome não vira revolucionário, vira submisso, pedinte, dependente”, “a fome faz um ser humano subserviente e humilhado, sem forças para brigar...”.

Como vimos **Nós3** é um nível partilhado com toda a população brasileira pobre. Assim, pobreza e F2, pobreza e porta-voz são redefinidos como elementos idênticos de um mesmo campo – são *gente* brasileira – os primeiros esperançosos com o discurso do segundo e o segundo, na luta pelo primeiro, por identificar-se com eles em relação ao fato de ter, um dia, passado fome.

Nós4 – Lula deputado

Em 1986, Lula é eleito o Deputado mais votado do país. E pertence ao parlamentar toda uma característica de homem do povo, que fala a “língua” do povo,

que trabalha com e para o povo. Com este símbolo, **Nós4** constrói a imagem de uma figura política popular que se associa aos eleitores por meio de suas atitudes.

O primeiro fator que analisaremos sobre a construção da imagem de **Nós4** é o recurso da linguagem.

De uma cultura para outra, de uma classe social para outra, de uma época para outra, diferem os significados das palavras. Estamos diante do caráter polissêmico do discurso, que instaura a pluralidade, a multiplicidade de sentidos. A partir daí, encontramos nas figuras de linguagens recursos que facilitam a comunicação de **Nós4** com a população da classe baixa.

LO – [...] se dá tanta trombada aqui dentro, **acabamos** terminando o mandato e indo para o hospital psiquiátrico [...].
(Brasil, Câmara dos Deputados, Discurso do Deputado Lula na Constituinte, 14/04/1987, p.1353).

LO – [...]. a **classe trabalhadora** não pode ser descartada feito papel higiênico, como acontece hoje no país[...].
(Brasil, Câmara dos Deputados, Discurso do Deputado Lula na Constituinte, 23/02/1988, p.7519).

LO – [...] Espero que haja maturidade, compreensão e que nesses quatro dias de carnaval cada um de **nós**, após participar do bloco que bem entender seja o “Centrão, a esquerda, a Mangueira ou a Beija-Flor volte para esta Casa com a disposição de recuperar o tempo perdido, para **elaborarmos** uma Constituição que reflita a vontade do povo.
(Brasil, Câmara dos Deputados, Discurso do Deputado Lula na Constituinte 11/02/1988, p.7298).

As comparações, na figura de metáforas, frequentemente usadas por **Nós4** em seus pronunciamentos são, sem dúvida, um mecanismo que permite ao público melhor compreensão dos fatos sob orientações do enunciador.

Nós4 atua na esfera pública institucionalizada. Associa-se a diferentes segmentos que compõem a sociedade paulista e, embora não na totalidade, apresenta-se como seu porta-voz. O eleitor de Lula deixa-se falar pelo seu representante na Câmara. É o que se percebe em “a **classe trabalhadora** não pode ser descartada feito papel higiênico”. *Classe trabalhadora*, nesse caso, refere-se a um conjunto “não nomeado” que faz parte de uma operação de inclusão.

Em **Nós4**, o sujeito de F1 representa-se associado a público especificado, ou seja, eleitores especificados, grupos especificados, embora essa associação não faça do sujeito de F1 porta-voz da totalidade dos paulistas. Nota-se que o discurso do sujeito de F1 instaura o autoritarismo, na terceira sequência, convocando os militantes do seu partido, aqueles que votaram nele, a “voltar para esta Casa com a disposição de

recuperar o tempo perdido, para **elaborarmos** uma Constituição que reflita a vontade do povo”. Nesse recorte, o sujeito de F1 promove a inclusão, em seu discurso, a totalidade dos deputados quando se refere à “Casa”, pois aí ele não fala apenas com parceiros petistas e sim com todos os deputados. Na mesma sequência, a palavra “**nós**” parece querer significar “eu e todos os outros deputados”.

A operação de associação que se verifica acima acontece porque o sujeito coloca em cena enunciadores diversos, como em “acabamos” (primeira sequência), “Centrão, a esquerda, a Mangueira ou a Beija-Flor”, “volte a esta Casa” (a Câmara); provoca, também, o aparecimento de um grupo de enunciadores **EO**, constituídos pela “classe trabalhadora”.

Eventualmente, as operações de associação, ora de *inclusão*, ora de *exclusão*, permitem uma avaliação do espaço discursivo reservado à representação do povo que, mesmo dimensionado como *não-pessoa discursiva*, aparece como que com os seus direitos despojados, transformados em desejos e direitos de seus representantes na Câmara Federal.

Outro recurso de linguagem por **Nós4** é a paráfrase:

LO – [...] E, para terminar, **eu** gostaria de dizer que se algumas pessoas estão pensando que, a partir dessa emenda, vão tentar tripudiar ou passar por cima de todo o trabalho que até agora foi feito, se enganam, porque, um dia, Golias, pensava que podia ganhar de Davi, e Davi mesmo sendo menor, conseguiu sobrepor-se à força e ignorância de Golias.
(Brasil, Câmara dos Deputados, Discurso do Deputado Lula na Constituinte, 10/11/1988, p.5702).

Ao falar, as palavras, os argumentos e o apelo à razão garantem o sucesso do discurso de **Nós4**, a construção da imagem de si e a persuasão do auditório. A forma como ele age discursivamente é determinante e vai definir a maneira como o povo, no caso “a classe trabalhadora” (as demais vozes são apagadas) irá acolher suas palavras. Seu discurso político atua como fator de reforço de adesão, a atuação deste líder político e sua identificação vão depender do seu comportamento discursivo. Voltamos a ressaltar, neste caso, que o enunciador **EO** fala da posição social de Deputado. A autoridade da qual goza **Nós4** permite que ele afirme com legitimidade fatos e atribua valores que outro cidadão comum não poderia fazê-lo.

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos. (AMOSSY, 2005, p.120)

Na ocasião inaugural da 48ª Legislatura em 1 de fevereiro de 1987, no ato de Prestação de Compromisso, enquanto outros parlamentares juravam e prometiam em nome da Constituição, em nome da Família e até em nome de Deus, **Nós4** firmava seu compromisso com o trabalhador, confirmando, desta forma, sua relação com seu eleitor.

LO –[...] **Prometo** colocar meu mandato a serviço dos trabalhadores. (Brasil, Câmara dos Deputados, Discurso do Lula na Constituinte, 01/02/1987, p.97).

Nós4 é um parlamentar que apresenta as necessidades do povo e, na condição de igual identificado como parte do mesmo, aspira buscar a solução dos problemas sociais, estruturais e políticos do país, fatalmente é um político de maior aceitação popular. No caso da sequência acima, “a serviço dos trabalhadores” promove uma operação de exclusão das demais classes e enuncia especificamente àquela parcela da população denominada “menos privilegiada”.

Finalizando a análise de **Nós4**, embora esses níveis promovam a mobilização do *porta-voz*, como os outros, não o faz de maneira semelhante, impedidos pela formação ideológica. **Nós4** fala do lugar que ocupa na Câmara e seu discurso é direcionado apenas à “classe trabalhadora” que o elegeu. **Nós4** parece ter uma força, uma abrangência maior que os demais níveis, uma vez que fala do lugar discursivo Câmara Federal.

Nós5 – Lula Presidente.

Nas eleições de 1994, o PT considerava a vitória de Lula quase certa devido à falência do governo Collor e à liderança do Partido no processo de *impeachment*. Entretanto, em julho daquele ano, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso lançava o Plano Real. Com moeda estabilizada, o país preferiu permanecer com FHC já no primeiro turno. A sua reeleição em 1998 foi fruto de articulações políticas com os governadores e o Congresso Nacional e Lula sequer chegou ao 2º turno.

Mas foi nessas duas eleições que o PT se abriu para alianças com outros partidos de esquerda, ao contrário da primeira disputa. O período é considerado de transição, apontando para o amadurecimento político do Partido, que conseguiu projeção nacional, conquistando prefeituras e vagas na Câmara de Vereadores, de Deputados e no Senado Federal. No discurso, permaneciam traços discursivos, como as comparações e citações

de trechos da trajetória de vida de Lula, consolidando o símbolo de esperança que se apossou da população brasileira. O conteúdo das falas ainda se referia às bases populares, entretanto, ganhou ênfase a política econômica do País, tema que nos períodos anteriores eram tratadas genericamente, ou com propostas que eliminariam se aprovadas, o sistema vigente.

Nesse momento, há uma reformulação da imagem de **Nós5**, passando a apresentar um perfil mais conciliador, moderno e plural, conforme se observa neste trecho transcrito do programa veiculado no Horário Eleitoral Gratuito:

Antes de começar essa campanha, **eu resolvi** viajar pelo Brasil. **Percorri** 40 mil quilômetros, de trem, de ônibus e de barco. **Conversei** com pequenos, médios e grandes empresários. **Conversei** com sindicalistas. **Conversei** com índios. **Conversei** com pescadores. (...) **Eu conversei** com toda a sociedade brasileira para ganhar subsídios para construir um programa de governo. Um programa de governo não como uma peça de laboratório, mais um programa de governo olhando nos olhos das pessoas, no coração das pessoas. (...) Nessa viagem **eu aprendi** que o povo brasileiro está precisando apenas de oportunidade. Uma oportunidade de trabalhar. Uma oportunidade de produzir. Uma oportunidade de conquistar a cidadania. (Lula, 1994)

O discurso mais amplo é constatado pela variedade de públicos citados e por expressões como “conversei” e “aprendi”, indicando moderação. Há uma tentativa de sensibilização com a explanação da viagem pelo país buscando provar o conhecimento do então candidato pelas causas populares brasileiras. A questão do emprego é apresentada como uma ferramenta de conquista do que Lula chamava de cidadania.

A consagração da lógica que regeu o governo de **Nós5** manifestou-se em junho de 2002, com a publicação da *Carta ao Povo Brasileiro*. O documento apresenta as diretrizes que seriam adotadas no caso da vitória petista, especialmente em relação às medidas econômicas. Por exemplo, enquanto nas campanhas de 1989 e 1994, o Partido não cogitava o cumprimento dos acordos com os credores internacionais, em 1998 se propunha a analisá-los e, na Carta, comprometeu-se a cumpri-los.

A campanha vitoriosa de **Nós5** seguiu aquele raciocínio, mostrando um candidato ponderado e estadista. O *slogan* “a esperança venceu o medo” reforçou o caráter simbólico de **Nós5**, que se colocava como a esperança do País. A adesão de um novo público à sua candidatura explica-se, entre outros fatores, por sua postura de rompimento com os velhos dogmas do PT, sua mudança em relação às propostas econômicas e a vice-presidência preenchida por um partido de direita, o Partido Liberal (PL).

A questão do emprego mereceu destaque com a promessa da criação de 10 milhões de vagas em quatro anos.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, **Nós5**, herdou 7,9 milhões de desempregados. O levantamento mostrou, também, que o rendimento do trabalhador brasileiro caiu pela quinta vez consecutiva desde 1996, acumulando 12,3% de perdas.

Durante o primeiro ano de governo, **Nós5** proferiu discursos que se fundamentaram em valores comuns à humanidade, como justiça social e liberdade, o que revela uma permanência em relação aos períodos anteriores. Entretanto, outras questões antes inimagináveis que fossem pronunciadas por ele foram inseridas. O emprego, por exemplo, foi elemento legitimador para sustentar os discursos onde defendia as parcerias com o capital privado, nacional e estrangeiro ou para justificar a implantação de reformas nem sempre bem-vindas.

O programa mais enfatizado, especialmente no primeiro semestre e 2003, foi o Primeiro Emprego, destinado à juventude, realizado em parceria com a iniciativa privada. Durante o lançamento do Programa, **Nós5** divide o compromisso com outros segmentos da sociedade, ao contrário da primeira fase quando a geração de empregos era atribuída somente ao governo.

LP - Eu diria que, hoje, **nós** estamos dando um passo excepcional, para resolver um dos problemas mais graves que o Brasil vive hoje. E a verdade é que não é um compromisso só do Presidente da República ou do Ministro do Trabalho, ou, individualmente, de qualquer pessoa. Gerar empregos passa a ser uma responsabilidade coletiva. E gerar empregos para jovens é mais do que uma responsabilidade coletiva: é a gente plantar, hoje, o futuro que **precisamos** colher amanhã. (Lula, 30/06/2003).

O primeiro **Nós** do recorte refere-se a uma não-pessoa discursiva, haja vista que não há referência a sujeitos individuais. Parece que **Nós5** se apodera da voz de toda a equipe governamental, incluindo-a em **Nós** coletivo. Esse nível de **Nós** é prolixo e rico em vozes que cortam os discursos de F2, quando presidente. “Gerar emprego para jovens” continua sendo uma preocupação de Lula presidente. O sujeito empresta a sua voz à enunciação que atesta a ideologia de F2 e F3, já que é uma atitude de “responsabilidade coletiva”, isto é, do conjunto lexical não nomeado *Sistema, Regime, Congresso Nacional, Presidência, povo* (representado por empresários, comerciantes, etc.), embora somente na memória discursiva – o *não dito*. Vale lembrar que nem todos os representantes desse conjunto eram parceiros de Lula. Agora, a força do sujeito de F2

é atestada pelo poder da parceria. **Nós5** se aliou a outros partidos políticos, de ideologia antagônica, abrindo as fronteiras de sua FD, novamente.

Na época, os discursos incitavam a participação social na discussão das propostas, como por exemplo, a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e também dividiam responsabilidades, especialmente, com a iniciativa privada. No segundo semestre, a ênfase ficou para as Parcerias Público-Privadas, que o governo esperava implementar, para que auxiliassem a sanar questões como infraestrutura e emprego. A geração de emprego e de renda parece se enquadrar na classificação das “frases feitas da política”, tamanha sua utilização e obviedade.

LP - Entendo que a única e definitiva resposta ao desafio da inclusão social é o desenvolvimento sustentado, com geração de emprego e renda. **Sei**, também, que este salto de qualidade não vai acontecer pela simples vontade do governo e da população. Por isso, **estamos** criando os instrumentos e regulamentos capazes de reconstruir a poupança interna e atrair os investimentos produtivos de empresas nacionais e estrangeiras. (Lula, 18/12/2003)

O **eu** implícito em “entendo” e “sei” promove um processo de exclusão das demais forças já invocadas como responsáveis pelo crescimento do país na geração de empregos. No recorte acima, **Nós5** abre a perspectiva de atrair “investimentos produtivos de empresas nacionais e estrangeiras”, instaurando um grupo de enunciadores que, apesar de não especificado, está sendo inserido nos projetos de **Nós5**. Encontra-se na inclusão social que, por outro lado, apresenta uma relação de dependência com aquele capital mencionado “este salto de qualidade não vai acontecer pela simples vontade do governo e da população”. **Nós5** abre as fronteiras de sua FD, para a entrada de outras FDs antes antagônicas, isto é, a admissão de empresas nacionais e estrangeiras contraria a prerrogativa do socialismo democrático pregado por **Nós5** e pelo PT.

Mas como lembra Singer (2001, p.86) “desde 1991, o partido de **Nós5** (inclusão nossa) rejeita a ditadura do proletariado e defende a alternância no poder, e o socialismo petista admite a convivência com o mercado e a propriedade privada”. Portanto, favorecer a entrada de capital estrangeiro e dividir responsabilidades de infraestrutura com o setor privado pode indicar que a mutação ideológica do Partido continua a levá-lo às decisões de centro-esquerda.

Nós5 aderiu a uma lógica de mercado defendendo publicamente a entrada de capital privado e/ou estrangeiro no Brasil. Entretanto, não se esqueceu de enfatizar sua preocupação com as questões sociais. Essa combinação comprova o distanciamento do

discurso sindical e das origens petistas ao se aproximar de uma plataforma socialdemocrata. Constatou-se, também, a insistência de **Nós5** em afirmar que as decisões do governo são tomadas em conjunto com a sociedade e, a partir disso, as responsabilidades também são divididas. Com a abertura das fronteiras da FD (F2) há a presença de várias vozes no discurso do enunciador, referidas em “investimentos produtivos de empresas nacionais e estrangeiras”.

Em 2002, a qualificação do operário foi também apresentada como uma vantagem para os investidores estrangeiros e como forma de avalizar as propostas governamentais. Nesse trecho do discurso proferido, em janeiro de 2003, **Nós5** garantia que:

LP – [...] **Nossa** infraestrutura deverá ser ampliada, inclusive com a participação de capitais estrangeiros. **Somos** um país acolhedor. A tolerância e a solidariedade são características do povo brasileiro. **Temos** uma força de trabalho qualificada, apta para os grandes desafios da produção neste novo século.

Nesse pronunciamento observa-se uma explícita alteração, pois **Nós5** abre as portas do país para o capital estrangeiro, situação jamais concebida caso permanecesse com a ideologia enraizada ao longo da trajetória do Partido dos Trabalhadores. Torna-se porta-voz do “povo brasileiro”, falando por ele e atribuindo-lhe qualidades que, antes, não existiam no seu discurso, fechado, homogêneo. Essa ocorrência mostra a inserção de discursos outros na FD de F2.

“*Nossa infraestrutura deverá ser ampliada inclusive com a participação de capitais estrangeiros*” Quando fala em nome dos brasileiros, utilizando o pronome “nossa”, **Nós5** corrobora com ações iniciadas por seus antecessores. Desde a era Collor, o Brasil recebe a participação financeira internacional de forma acentuada, o que proliferou consideravelmente na era FHC, com as privatizações. Pelas alterações observadas no discurso de **Nós5**, conclui-se um continuísmo na política econômica voltada para o mercado. É a *heterogeneidade não-marcada* sendo inserida no discurso de F2 e promovendo o distanciamento da ideologia manifestada nos períodos precedentes da sua vida pública.

E **Nós5**, para chegar ao poder, após três campanhas sem sucesso, foi obrigado a fazer uma coligação ampla e sem limites, que incluem entre outros, uma aliança com o PFL de ACM (Antônio Carlos Magalhães) e de Roseana Sarney, alianças essas inimagináveis em outros tempos e criticadas por **Nós5** arduamente quando realizadas por outros presidentes.

Aliás, durante o mandato, o pai de Roseana Sarney, José Sarney (1985-1990), foi alvo constante do então deputado federal Lula. Em um discurso em 22/07/1986, em Caçapava, cidade do interior do Estado de São Paulo, Lula afirmou que:

LO - “Sarney não vai fazer reforma agrária coisa nenhuma, porque ele é grileiro no Estado do Maranhão e não vai querer entregar as terras que tomou dos posseiros”.

E em 28/06/1989 disse que

LO - “Sarney no início foi endeusado. Hoje, não querem nem para chaveirinho”.

A relação entre ambos mudou a partir da eleição de **Nós5**, durante a crise dos atos secretos do Senado e a revelação de nomeações sigilosas de parentes de Sarney para cargos públicos, **Nós5** saiu em defesa do novo aliado:

LP - “**Eu** sempre **fico** preocupado quando começa no Brasil esse processo de denúncias, porque ele não tem fim e depois não acontece nada. Sarney tem história no Brasil, suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum”.

Nota-se a mudança radical no discurso de Lula, assumida pelo sujeito de F2 em **eu...fico**, instaurando um processo de autoritarismo de mudança de posição ideológico a favor da governabilidade, atitude que antes era impensável.

Aliás, mudanças são observadas durante quase todo o mandato de Lula. Outra aliança insonhável foi com o ex-presidente Fernando Collor de Mello, no segundo semestre de 1989, durante a disputa à presidência, Collor protagonizou uma dura campanha contra Lula e recorreu inclusive à exploração da vida pessoal do petista. Na reta final das eleições a coligação de Collor veiculou depoimento da enfermeira Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula, acusando-o de ter pedido que ela abordasse uma gravidez. Na mesma campanha, Collor afirmou que o PT era um partido “assassino e violento”.

Dezessete anos depois, em setembro de 2006, Collor, então candidato ao Senado Federal, gravou programa eleitoral declarando apoio à reeleição de Lula à presidência. “Lula conhece bem as raízes do nosso povo, as carências e tem agido rápido no sentido de resolver os problemas do Nordeste”, disse Collor, para ao final declarar. “Vou votar na reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque ele é um nordestino”.

No mês seguinte, com sua campanha em pleno vapor, Lula retribuiu o afago: “Com a experiência que ele (Collor) tem da presidência da República, certamente poderá, se quiser, fazer um trabalho excepcional no Senado”, durante uma coletiva de imprensa.

Em setembro de 1987, num discurso em Aracaju, o deputado federal Luiz Inácio, fundador do PT, juntou no mesmo balaio da gatunagem vários políticos da época e Paulo Maluf no trecho:

LO - E a Nova República é pior do que a velha, porque antigamente na Velha República era o militar que vinha na televisão e falava, e hoje o militar não precisa mais falar porque o Sarney fala pelos militares ou os militares falam pelo Sarney. Nós sabemos que antigamente – os mais jovens não conhecem -, mas antigamente se dizia que o Ademar de Barros era ladrão, que o Maluf era ladrão; pois bem: Ademar de Barros e Maluf poderiam ser ladrões, mas eles são trombadinhas perto do grande ladrão que é o governante da nova República, perto dos assaltos que se faz.

Em um artigo publicado na revista Carta Capital em 22/06/2012, lê-se que Lula afirmou que se Maluf fosse de outra terra, já estaria há muito tempo na cadeia, ou teria sido trucidado pela turba enfurecida, ou teria sido pendurado de cabeça para baixo em uma bomba de gasolina.

E em busca do poder na maior cidade do país, na segunda-feira, 18/06/2012, o então ex-presidente levou Fernando Haddad à mansão de Maluf para celebrar a troca de alianças entre o PT e o PP controlado pelo homem que considerava um ícone da ladroagem.

Tal coligação não é novidade. No segundo turno das eleições de 2002, Maluf apoiou a candidatura de José Genoíno ao governo do estado de São Paulo e a Lula à Presidência da República. O apoio continuou nas eleições seguintes, inclusive nas municipais. Já no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, o PP fez parte da ampla coligação que elegeu Dilma Rousseff presidente. O partido de Maluf participa do ministério desde o primeiro mandato presidencial de Lula.

Outra aliança questionável do petista foi com Leonel Brizola, nas eleições de 1989, no programa Show de Calouros, de Sílvio Santos, Brizola respondeu ao ser indagado sobre apoiar Lula no segundo turno, Brizola disse:

Cá para nós: um político de antigamente, o senador Pinheiro Machado, disse que a política é a arte de engolir sapos. Não seria fascinante fazer esta elite engolir o Lula, esse sapo barbudo? Vamos no menos pior, pelo menos [....].

Essa declaração causou revolta na campanha de Lula, que passou a ser conhecido, ironicamente, como sapo barbudo.

Mas nas eleições de 1998, Leonel Brizola é vice-presidente na coligação do PT.

A última polêmica em que Brizola se envolveu foi por ocasião a uma entrevista ao jornalista americano Larry Rother (correspondente do The New York Times), na qual mencionou o alto consumo habitual de bebidas alcoólicas por Lula. Na matéria jornalística, o jornalista utilizou a declaração de Brizola, entre outras fontes, para fundamentar uma acusação de alcoolismo contra o candidato.

Segundo o especialista em História Geral, professor Paulo César, no artigo *O lado negativo do lulismo*, publicado em 17/06/2012, Lula, ao chegar ao Planalto e em nome de uma dita “governabilidade”, apadrinhou verdadeiros “coronéis”, espécies comparadas as do período da “República do Café com Leite” e do “voto de cabresto”, como José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Fernando Collor, Inocêncio Oliveira entre outros.

Para finalizar, **Nós5** representa a posição de F2, diferentemente associadas a referentes diversificados, ou seja, partidários das oposições no Congresso Nacional, nos Estados e companheiros de partido, por um lado. Por outro, partidários da situação no Congresso Nacional e, também, nos estados. Na maioria das vezes em que discursou após ganhar a presidência, Lula (**Nós5**) se instituiu como porta-voz de membros do Congresso, diferenciados, sem nomeá-los, transformando-os em *não-pessoas discursivas*.

É necessário, agora, fazer uma síntese dos níveis de **Nós** analisados. Tais níveis constroem um referencial discursivo extenso, permitindo a instauração da indeterminação e da ambiguidade, considerando o fato de que podem apresentar referentes diversos e diversificados.

Outra possibilidade é a de que, numa mesma sequência discursiva ocorram várias vezes os diferentes níveis de **Nós** acima apresentados, tornando a ambiguidade passível de grau elevado, como veremos a seguir:

LO – LP - Nós (Nós1, Nós3, Nós5) precisamos garantir que cada homem ou que cada mulher, por mais pobre que seja, tenha o direito de tomar café de manhã, almoçar e jantar todo santo dia. **Nós (Nós4, Nós5)** temos que garantir às pessoas o direito de morar. **Nós** temos que garantir às pessoas o direito de conquistar a sua cidadania. **Eu (Nós5)** quero olhar na cara de cada um de vocês e vocês olharem na **minha (Nós5)** cara e dizer pra todos **nós (Nós4, Nós5)** "**nós (Nós2)** vencemos as eleições, agora, **nós (Nós5)** vamos governar não para aqueles que votaram apenas. **Nós (Nós5)** temos que governar para 175 milhões de brasileiros". (28/10/2002 – Discurso de Lula na Avenida Paulista, em São Paulo SP)

O referente da primeira ocorrência de **Nós** (primeiro, terceiro e quinto níveis referenciais) é o próprio sujeito de F1, que fala de seus lugares discursivos de sindicalista, defensor dos pobres e presidente, respectivamente, admitindo a inclusão do Poder Legislativo em Brasília, pois se trata dos elaboradores das leis brasileiras. E quaisquer programas direcionados para acabar com a fome só pode ser implementado se tornar-se lei. A segunda ocorrência, do quarto e quinto níveis inclui os demais deputados da Câmara Federal, que têm que elaborar e aprovar leis criando um programa de habitação. **Eu** e **minha**, do quinto nível rejeita qualquer inclusão. Quando se observa, na mesma sequência discursiva, **Nós** inclusivo e exclusivo, é possível que essa coexistência crie um efeito de neutralização dos diferentes referentes discursivos que as não-pessoas discursivas mobilizam.

Com exceção da sétima ocorrência de **Nós** (**Nós2**) quando o sujeito de F1 poderia estar falando, também, do lugar que ocupa na Câmara, as demais ocorrências do recorte discursivo (**Nós5**) utiliza o plural majestático e admite a instauração de outras vozes em seu discurso. F3 está presente em “vamos governar não para aqueles que votaram, apenas” “temos que governar para 175 milhões de brasileiros”. F3 está inserido no discurso, porque não foram todos os brasileiros que votaram em Lula. Interessante é notar na sexta ocorrência de **Nós** (**Nós4** e **Nós5**) que aparece um grupo novo de enunciadores, todo o povo brasileiro, F1, F2 e F3 associados.

LO – LP - Eu quero (**Nós5**), **meus** amigos e **minhas** amigas, dizer para vocês que não **trairei** um só momento a confiança que vocês confiaram no PT e em **mim** (**Nós1**) (**Nós5**). Aconteça o que acontecer, vocês serão a **minha** (**Nós5**) referência. Se um dia **eu** cometer um erro, pode ficar certo que **eu** não **tere**i nenhuma dúvida de ir pra televisão pedir desculpas ao **meu** povo pelo o que **eu** errei. Mas, quero dizer para vocês que **vou** fazer o esforço maior que um ser humano pode fazer para que **a gente** (**Nós5**) possa fazer o **nosso** (**todos os níveis**) povo voltar a sorrir.

(28/10/2002 – Discurso de Lula na Avenida Paulista, em São Paulo SP).

No recorte acima, as ocorrências dos níveis diversos. “A gente” (**Nós5**) mostra que estamos diante de um processo de inclusão. Trata-se de um conjunto lexical não nomeado, que pode significar Congresso Nacional, Sistema, etc. O mesmo acontece com o “nosso povo” (**todos os níveis**), a coletividade dos brasileiros desgostosos com a situação do país. Aqui, a associação de F2 à totalidade da população denota uma espécie de apropriação das pessoas por **Nós5**, que se sente o grande responsável por fazer “o nosso povo voltar a sorrir”. Chama a atenção, entretanto, o uso excessivo do “eu” majestático que instaura uma impressão de centralização do poder.

Na análise efetuada por **Nós**, observou-se que as fronteiras das FDs não são, realmente, intransponíveis a todo o momento. Elas permitem seu rompimento por outras FDs, levando ao interdiscurso. A inserção das diferentes vozes nos recortes discursivos apresentados comprova a heterogeneidade, em sua modalidade constitutiva.

Em seguida, faremos uma busca na tentativa de ver como essa mesma população é referida, incluída ou excluída pelo item lexical **povo** na construção discursiva do *outro*. Veremos como F2 (e às vezes F3) se apropria das vozes do povo mantendo suas aspirações ou transformando-as em um grande engano. Nas duas, “mantendo” ou “transformando” estaremos lidando, também, com FDs em confronto, ou seja, o antes ou depois da eleição presidencial de 2002.

3.2. O povo como representação discursiva do outro

Ao analisarmos o sujeito político **Nós**, associado à não-pessoa discursiva, de uma certa forma estudando, também, a representação discursiva do outro.

Nesta parte do trabalho, estaremos analisando, também, a construção do *outro*, bem como suas diferentes configurações. O *outro* será analisado aqui a partir de uma modalidade: a representação consensual do *outro*.

Uma das formas de referir a *outro* em F1 e F2 é o uso do item lexical **povo**, que é apenas mencionado, não se produzindo um discurso do **povo**, mas um discurso sobre o **povo**. Para o item **povo**, registraremos também uma grande amplitude referencial que, como no item anterior, constitui várias possibilidades de interpretação, podendo imiscuir-se mutuamente. Consideramos, para efeito de análise, toda a série que se refere ao povo: **quem, as pessoas, nossa gente, nosso povo, aqueles (as)**. Vejamos o quadro seguinte:

Quadro Referencial 2	
Povo em F1 e F2	
Nível	Descrição do Referente Discurso
Povo 1	Classe média, classes produtoras
Povo 2	Trabalhadores
Povo 3	Coletividade dos brasileiros
Povo 4	Massa de manobra
Povo 5	Sociedade civil organizada

Observa-se nesse quadro que, à exceção de **Povo3, Povo4 e Povo5**, os outros níveis constituem empregos partitivos desse item lexical. Vamos à análise.

Povo 1 – Classe média, classes produtoras, elite.

Mediante a amplitude do *corpus*, escolhemos para a análise fragmentos do discurso de Lula.

Consideramos “classes média, classes produtoras” e “elite” a faixa da população brasileira cuja renda é oriunda de indústria, comércio, prestação de serviços, entre outras. Achamos interessante esclarecer esse ponto, uma vez que pode haver dúvida em relação à diferenciação dos níveis referenciais:

LP - E eu sempre digo que parte da desgraça do **nosso povo** é dada pela quantidade de mentiras que ao longo da vida se contou para **este povo** (19/03/2004, Betim- MG. Visita à fábrica da Fiat Automóveis)

LP - E foi muito engraçado eu ver na televisão a quantidade de discursos pedindo aumento para o salário mínimo, pessoas que passaram oito anos evitando que ele aumentasse. Então, é nessas horas – eu até vi o Aloizio Mercadante [senador pelo PT de São Paulo] calmo – é nessas horas que **a gente** tem que estar calmo mesmo. E sabe o que aconteceu? O **povo** é mais inteligente, o **povo** é mais politizado e o **povo** percebe quando uma coisa é real ou quando não é real. E o **povo** tem clareza. Se tem alguém, neste país, que pode recuperar o poder aquisitivo do salário mínimo, é **quem** vos fala. (05/07/2004, Brasília – DF. Apresentação dos resultados do Governo).

LP - E aí, a gente vai poder dizer ao **povo** brasileiro: “Valeu a pena **a gente** acreditar que um igual a nós poderia fazer mais por nós do que os tantos diferentes que nós tivemos governando este país.” (23/12/2005, Osasco – SP. Comemoração da meta do programa Bolsa Família – 8.700.000 famílias atendidas em 2005.)

LP - Quem planta, e os lavradores brasileiros sabem disso, tem que ter paciência, porque às vezes alguém passa em cima do roçado **da gente**, a semente está enterrada e as pessoas falam? “Aqui não tem nada, isso não vai dar em nada, isso não presta, não vai crescer.” Aí nasce o primeiro brotinho: “Ah, mas é fraquinha, não vai dar em nada, não vai crescer.” E quando dá fruto, eles querem chupar no lugar **da gente**. Não esses frutos são de vocês, esse fruto é do **povo** brasileiro [...]. (22/02/2006, Parnaíba-PI. Anúncio do Programa de Interiorização da Universidade Federal do Piauí e expansão do *Campus* de Parnaíba)

LP - Agora, a gente não pode controlar o **povo**. Quando o **povo** quer gritar um nome, quer aplaudir um, quer vaiar outro, vai fazer o quê? Não tem jeito. (19/06/2006, Santo Estevão – BA. Entrevista após inauguração de bico de luz no sítio Santa Rita).

LP - O PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] será cumprido integralmente e, para surpresa de alguns, será cumprido quase na sua totalidade. Obviamente que depende de chuva, depende de algumas coisas, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que, ao terminar o nosso mandato, **as pessoas** que começaram a dizer “o PAC não existe, o PAC não funciona” vão ter que curvar como se curvaram no ano passado quando pensavam que eu tinha acabado para a política brasileira. (08/07/2007, São José – SC. Inauguração do Centro Operacional e Administrativo dos Correios e Telégrafos).

Não se trata do discurso do povo, mas dos discursos de F1 e F2 que se constroem como o intérprete dos anseios do **Povo1**. Assim procedendo, assume a função enunciativa de porta-voz da sociedade brasileira, produzindo o efeito de universalização do partitivo.

Esse discurso reveste o discurso de autoridade de F2 e constrói o efeito de sentido de unanimidade, de totalidade.

No recorte *E eu sempre digo que parte da desgraça do **nosso povo** é dada pela quantidade de mentiras que ao longo da vida se contou para **este povo***, fica claro que o presidente não se inclui na abrangência das duas ocorrências do nível referencial ora estudado, pois foi o *nosso povo*, ao qual ele não pertence, vítima da *desgraça*; e *este povo* foi enganado com a quantidade de mentiras *que ao longo da vida se contou para ele*. O sujeito de F2 deixa o leitor sem saber qual(is) foi(ram) o(s) autor(es) das mentiras, que constituem o grupo de enunciadores da oposição – EO.

E, no recorte de 05/07/2004, quando o sujeito de F1 critica o grupo EO - *peessoas que passaram oito anos evitando que ele aumentasse* – fica claro que o sujeito de F2 fala de Fernando Henrique Cardoso, pois nos *oito anos* anteriores ao segundo mandato de Lula, era o presidente em exercício.

Neste recorte há um vaivém de processos de inclusão/exclusão: FHC está dentro do processo de inclusão presente em - *peessoas que passaram oito anos evitando que ele aumentasse* (o salário mínimo). Nesse recorte, o sujeito de F2 se inclui em *a gente*, na sequência *é nessas horas que a gente tem que estar calmo mesmo*, para fazer sua exclusão logo em seguida em *o povo é mais inteligente, o povo é mais politizado e o povo percebe quando uma coisa é real ou quando não é real. E o povo tem clareza*. Logo a seguir, ele se exclui novamente, quando diz utilizando a 3ª pessoa como se não falasse dele *Se tem **alguém**, neste país, que pode recuperar o poder aquisitivo do salário mínimo*, incluindo-se novamente na continuidade *é quem vos fala*.

As operações de associação, ora de *inclusão*, ora de *exclusão*, permitem uma avaliação do espaço discursivo reservado à representação do povo que aparece como se fosse a única preocupação do sujeito de F2, daquela gente que precisa ter os seus direitos e seus desejos respeitados, bem como ser bem representada pelo presidente da república. Por meio da *memória discursiva*, busca-se a semelhança entre Don Quixote de La Mancha e o sujeito de F2. Quando um enunciado é atualizado através de uma enunciação, dá-se a “atualização de um acontecimento”. Sendo assim, “é da relação do interdiscurso com o intradiscurso, através da articulação de enunciado/enunciação que se dá o efeito de memória em um discurso” (COURTINE, 1981, p. 52).

Nesse caso, o efeito de memória é, portanto, produto da relação que se joga entre esses dois níveis – o interdiscurso e o intradiscurso – ao se fazer emergir uma formulação – origem na atualidade de uma “conjuntura discursiva”.

A FD, sendo determinada pelo interdiscurso, pode se inscrever na ordem da **memória plena**, que funcionaria como possibilidade de preenchimento da superfície discursiva com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consistência no interior de uma rede de formulações – a estratégia usada seria a da repetição; ou na ordem de uma **memória lacunar**, que funcionaria como produtora de deslocamento, vazio, esquecimentos que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. Esse efeito pode, entretanto, ser ideologicamente neutralizado pelo locutor que, através de manobras discursivas niveladoras, homogeneizadas, procura anular qualquer ‘desnível’ do discurso: estaríamos lidando, então, com o apagamento. Courtine (1983, p.15) entende que essas duas modalidades do interdiscurso indicam, ainda, que “memória e esquecimento são indissociáveis na enunciação do político”.

Da mesma maneira, no recorte de 23/12/2005 há, igualmente, o mesmo processo, pois Lula sai do ‘bojo’ de *povo brasileiro*, em *a gente vai poder dizer ao povo brasileiro*: “Valeu a pena a gente acreditar que um igual a nós e também se exclui de *um igual a nós poderia fazer mais por nós do que os tantos diferentes que nós tivemos governando este país*, quando faz uma crítica explícita aos outros homens que passaram pela presidência do país. No recorte *que os tantos diferentes que nós tivemos governando este país* o sujeito de F2 institui um grupo de enunciadores – EO – que estiveram na presidência antes dele.

No recorte de 19/06/2006, vê-se um processo de exclusão, quando Lula afirma *Agora, a gente não pode controlar o povo. Quando o povo quer gritar um nome, quer aplaudir um, quer vaiar outro, vai fazer o quê?* Aqui ele se exclui da abrangência de **povo**.

No recorte de 08/07/2007, o sujeito de F2 faz referência a um novo grupo de enunciadores – EO - *ao terminar o nosso mandato, as pessoas que começaram a dizer “o PAC não existe, o PAC não funciona”*. Novamente o sujeito de F1 se exclui de EO, pois *as pessoas* que fizeram críticas ao Programa da Aceleração do Crescimento PAC *vão ter que curvar como se curvaram no ano passado quando pensavam que eu tinha acabado para a política brasileira*.

Povo2 – Trabalhadores brasileiros, classe operária brasileira.

O segundo nível representa o **povo** como a parcela da população brasileira que trabalha, isto é, as massas populares, que constroem o Brasil de amanhã, mesmo não sabendo se poderão ou não usufruir dos benefícios que tal fato poderá trazer. Trata-se da noção geral de *povo*, que se sentirá prejudicado e decepcionado com seu governante, caso ele não solucione problemas referentes à pobreza.

Vamos observar que, neste nível são considerados trabalhadores brasileiros das classes assalariadas, a classe mais pobre, cuja renda é oriunda de serviços prestados na construção civil, comércios e indústria.

Por meio de **Povo2**, é construída a imagem de *povo trabalhador*, generoso, compreensivo e sofredor (isso ocorre mais no caso do sujeito de F1). O sujeito de F1 dá voz a diferentes enunciadores, quais sejam: E1(F1), representado por “*povo trabalhador*”. O sujeito de F2 relaciona a **Povo2** uma imagem de força - *força motora do processo democrático deste país* (26/12/2006) sem, entretanto, deixar de referir-se a sua generosidade *Onde come um, comem dois. Onde comem dez, comem vinte. Ou seja, nós temos como cultura esse coração bondoso* (04/11/2003). Pressupõe-se que a força e a generosidade do povo brasileiro inserido nas classes trabalhadoras tiveram papel decisivo na construção da democracia do país. A voz de F2 é compartilhada com “*povo*” – E1(F2).

A condição social de origem de F2 ainda é explorada, identificando-o com a história de muitos trabalhadores brasileiros. Em 1989, as falas de F1 estão mais submetidas às coerções e restrições da formação discursiva do Partido dos Trabalhadores, que é uma formação discursiva de esquerda social-democrata, que defendia os trabalhadores. Já na quarta tentativa de F1 chegar à presidência, a formação discursiva de esquerda se desloca para a direita, passando a ser atravessada pela formação discursiva neoliberal.

Observemos:

A **classe trabalhadora** (ou seja, o povo) precisa recuperar o salário que a **classe trabalhadora** teve arrojado nesses últimos anos.
(Debate em 1989)

A fala do sujeito de F1 no trecho acima opera com a inclusão de “a classe trabalhadora”, incluída no referente “povo trabalhador”, já que, nessa época referia-se somente aos trabalhadores.

Quando o presidente fala aos trabalhadores brasileiros na Assembleia Nacional Constituinte, no plenário da Câmara dos Deputados, no período de 1987 a 1988, quando esse era Deputado Federal, utiliza a metáfora com a finalidade de ser compreendido facilmente pelo *povo*.

LO- [...] e todos sabem qual é, em geral, a composição de um bolo: massa, em cima o chantilly e, para enfeitar, umas bolinhas de chumbo. Pois bem, depois que esse bolo cresceu, uns comeram a massa, outros, o chantilly e, para a **classe trabalhadora** sobram aquelas bolinhas que o enfeitam.
(Brasil, Câmara dos Deputados, Discursos do Deputado Lula na Constituinte, 25/04/1988, p.1318)

Dessa forma, mostrando sua posição quanto a situação do *povo* trabalhador e das negociações para divisão do capital no País, apoia-se na ideia original de uma negociação pela qual o trabalhador convive em seu cotidiano, tornando-se familiarizada, permitindo clareza e precisão na interpretação.

Nos fragmentos abaixo, a identificação do sujeito de F1 e F2 com a classe trabalhadora se dá com a repetição excessiva de “a gente” que, nesse contexto, refere-se o sujeito que está enunciando e aos co-enunciadores, ou seja, F1 se insere entre o *povo* brasileiro que se sente digno com um trabalho:

LO- Nada dá mais dignidade do que **a gente** trabalhar, no final do mês receber um salário e com o salário **da gente, a gente** comprar o que comer, comprar o que vestir e levar as coisas pra dentro da casa **da gente**.
(Discurso de 1989)

LP- Nós vamos ganhar a guerra do crime organizado e do narcotráfico neste país, porque a grande maioria do **povo** brasileiro vive do seu suor, vive do seu trabalho, a grande maioria do **povo** em paz.
(24/03/2003, São Bernardo do Campo-SP. Comemoração dos 50 anos de atividade da Volkswagen no Brasil).

LP- O Brasil tem que agir como age o **povo** brasileiro se você chega à casa de um nordestino, por mais pobre que ele seja, ele diz: “Onde come um, comem dois. Onde comem dez, comem vinte”. Ou seja, nós temos como cultura esse coração bondoso, essa repartição. Nem todos têm, mas a grande maioria do **povo** e, sobretudo, a **parte pobre da população** tem essa dimensão de generosidade.
(04/11/2003, Maputo – Moçambique. Visita ao Centro de estudos Brasileiros – CEB).

LP- Mesmo quando as pessoas não estão podendo comprar aquilo que querem, estão acreditando que o amanhã vai ser melhor e nós representamos essa esperança em que o **povo** brasileiro tanto acredita e tanto deposita a sua fé.
(29/12/2003, Rádio Nacional. Programa de rádio Café com o Presidente)

LP- E eu fico sempre fazendo as minhas imagens, as metáforas, que muitas vezes a imprensa não gosta, porque ela preferia que eu citasse grandes personalidades do mundo intelectual e eu prefiro citar jogador de futebol, pé de laranja, “pé de coisa”, é o que eu acho que o **povo** brasileiro entende melhor.

(03/02/2006, Belo Horizonte – MG. Inauguração dos novos prédios da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG).

LP- [...] Não. Esses frutos são de vocês, esse fruto é do **povo** brasileiro, esse fruto é da parte mais pobre da **população brasileira**, porque aqueles que não são tão pobres aguentam. **Quem** não tem fome, quem está de barriga cheia, quem toma café da manhã, almoça e janta pode esperar, mas **quem** está vendo a lombriga maior comer a menor não espera, não tem tempo de esperar.

(22/02/2006, Parnaíba-PI. Anúncio do Programa de Interiorização da Universidade Federal do Piauí e expansão do campus de Parnaíba)

LP- O **povo** aprendeu não apenas a gritar que está com fome, mas o **povo** aprendeu a ir atrás da comida. E este **povo** quer apenas o quê? O **nosso povo**, ele quer apenas o direito de trabalhar, o direito de estudar, o direito de criar sua família.

(06/06/2006, Missão Velha-CE. Início das obras da nova Transnordestina)

LP- Aquele palácio não estava acostumado a permitir que os sem-terra entrassem lá, que os índios entrassem lá, que os negros entrassem lá, que os sem-teto entrassem lá, Aquilo é um espaço do **povo**, porque o **povo** é a força motora do processo democrático deste país e, portanto, se um rico pode entrar lá, porque um pobre não pode entrar?

(23/12/2006, São Paulo-SP. Celebração do Natal de Jesus – Encontro com moradores de rua)

Lembramos que estamos tratando com duas posições ideológicas idênticas, mas com níveis referenciais de povo, distintos. Os sujeitos de F2/F1 são os porta-vozes legítimos de **Povo1 e Povo2**, emprestando-lhe a voz. Vê-se isso em: *para a classe trabalhadora sobraram aquelas bolinhas que o enfeitam* (25/04/1988). E em: *Nem todos têm, mas a grande maioria do povo e, sobretudo, a parte pobre da população tem essa dimensão de generosidade* (04/11/2003).

No recorte *eu prefiro citar jogador de futebol, pé de laranja, “pé de coisa”, é o que eu acho que o povo brasileiro entende melhor*, o sujeito de F1 não se faz povo nesse segundo nível, porque a ele não pertence e, portanto, não tem autoridade para falar em nome de **Povo2**.

O sujeito de F2, por sua vez, inclui os “*trabalhadores*” quando usa o pronome **quem** como depositário de **povo trabalhador**, em “*mas quem está vendo a lombriga maior comer a menor não espera, não tem tempo de esperar* (22/02/2006) enquanto se exclui do processo em *esse fruto é da parte mais pobre da população brasileira* (22/02/2006).

Pode-se perceber que o discurso produzido em nome de **Povo2**, na sua totalidade institui o sujeito de F2 como seu porta-voz. O que ocorre é que esse sujeito apropria-se

da voz do *povo* e se proclama o seu porta-voz, em *O nosso povo, ele quer apenas o direito de trabalhar, o direito de estudar, o direito de criar sua família* (06/06/2006).

A identidade de homem de origem humilde, trabalhador e desempregado faz com que haja uma identificação de **povo2** com o candidato. O grupo de enunciadores - EO e o sujeito de F1, representados nos recortes acima têm, para com o *povo*, atitudes distintas: o discurso de F1 classifica como desconsideração com o povo trabalhador a proibição de sua entrada no Palácio da Alvorada: *se um rico pode entrar lá, porque um pobre não pode entrar?*(23/12/2006). O sujeito de F2 trata discursivamente o *povo* acarinhando-o, incentivando-o.

Onisciente é o termo próprio para designar adequadamente os sujeitos de F1/F2, em sua relação com **Povo2**. **Povo2** corresponde àquela parcela de brasileiros que vieram de todas as regiões à procura de melhores dias e têm consciência de seus direitos apenas aquele que é cumprir com seus deveres, ou seja, são brasileiros que, à espera do amanhã consideram a permanência de Lula na presidência da república como futuro promissor.

Há um processo de inclusão e exclusão contínuo nas sequências acima. Se bem observado, apesar de o item lexical “povo” poder incluir também as “classes produtoras, a classe média”, esses referentes são excluídos em **Povo2**, que se refere apenas aos “trabalhadores”, dando uma ideia generalizada de “povo”, como *massas populares*.

Vale lembrar, novamente, que esse vaivém de inclusão/exclusão demonstra o que Maingueneau (1989, pp 111-112)postula sobre a relevância do *interdiscurso*, que permite a presença do *pré-construído* como constitutivo fundamental dos discursos.

Povo 3- Coletividade dos brasileiros

Nos discursos que proferia, Lula se dirigia somente à classe trabalhadora: “precisamos recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhadora”, “recuperar o salário que a classe trabalhadora teve arrojado nesses últimos anos”, “pagar bom salários”. A classe trabalhadora era colocada em oposição à empresarial, a qual era vista como aquela que “ganha fortunas”. Ele se refere aos empresários, tendo como projeto a ideia de “que eles precisam deixar de ganhar as fortunas que estão ganhando hoje”.

Para Lula, o que geraria emprego seria o bom salário ao trabalhador: “bom salário gera poder de compra, poder de compra gera emprego, emprego gera novos salários, novos empregos”.

Havia uma nítida separação entre os trabalhadores e empresários, entre a classe dominada e a dominante. Diante disso, obviamente o candidato não receberia os votos

desse segmento da sociedade, contando apenas com o voto dos trabalhadores, o que diminuiria suas chances de ser eleito presidente.

Como intuito de ser eleito presidente, Lula amplia seu eleitorado, não se fixando apenas na classe trabalhadora, mas na coletividade dos brasileiros. Assim, não é o alto salário da classe trabalhadora que fará gerar empregos, mas todo o conjunto, como investimento do Estado em atividades diversas e o crescimento da poupança. A preocupação é com o crescimento de todos os segmentos da sociedade, com a produção, a industrialização e a comercialização.

LO- [...] Um país que necessita dar resposta ao sofrimento de **milhões de habitantes** que não pode continuar sofrendo como o que está ocorrendo agora.

(Brasil, Câmara dos Deputados, Discurso do Deputado Lula na Constituinte, 01/06/1988, p.10934).

Trata-se de um emprego genérico para a palavra *povo*, diferenciando-os dos demais níveis que referem os segmentos sociais nesta análise.

LP- [...] Um **povo** que não deixa nunca de ser novo e jovem, um **povo** que sabe o que é sofrer [...].

(Discurso de posse, 01/01/2003).

LP- Primeiro, eu quero dar parabéns ao **povo brasileiro** pelo extraordinário espetáculo de democracia que ele deu no dia 27 de outubro de 2002.

(Discurso de posse em 01/01/2003).

LP- Não é porque o Governo é de outro partido, a minha divergência é com o governador e isso não pode fazer com o povo do estado do Pará sofra qualquer prejuízo, porque o **povo** é mais importante do que as nossas divergências ideológicas.

(04/04/2003, Belém-PA. Apresentação dos programas Sementes do Amanhã e Escola-Circo e entrega dos três primeiros cartões Alimentação do programa Fome Zero a famílias da cidade de Belém).

LP- Vão ter que se curvar como se curvaram no passado quando pensavam que eu tinha acabado para a política brasileira e tiveram que saber que o **povo** é mais inteligente do que a gente imagina neste país.

(04/04/2003, Belém-PA. Apresentação dos programas Sementes do Amanhã e Escola-Circo e entrega dos três primeiros cartões Alimentação do programa Fome Zero a famílias da cidade de Belém).

Todas as classes sociais estão incluídas em *povo brasileiro*. Esse nível também se diferencia de F1 enquanto parlamentar, na qual F1 era representante fiel dos excluídos, daqueles que não tiveram oportunidades, dos desempregados, dos sem escolaridade. Observa-se a exclusão do sujeito de F1 como representante somente das classes mais pobres, para se tornar, obrigatoriamente, representante da coletividade dos brasileiros.

Nos discursos de 1989, é construída a identidade de um representante da classe trabalhadora. Lula se identifica com seus eleitores e fala do lugar do representante político popular. Enquanto nos discursos de 2002, até ao final do mandato, é construída a identidade de um representante não só da classe trabalhadora, mas de todo o povo brasileiro. A condição social de origem do sujeito ainda é explorada, nos momentos em que o sujeito de F1 identifica-se com a história de muitos brasileiros, mas se mostra também conhecedor dos problemas de diversos segmentos da sociedade.

Além disso, pode-se afirmar que a fala de Lula, em 1989 está mais submetida às coerções e restrições da formação discursiva do Partido dos Trabalhadores, que é uma formação discursiva de esquerda, social-democrata, que defendia os trabalhadores. Já na quarta tentativa de Lula ser Presidente da República, a formação discursiva de esquerda de desloca para a direita, passando a ser atravessada pela formação discursiva neoliberal.

No recorte *Um país que necessita dar resposta ao sofrimento de **milhões de habitantes** que não pode continuar sofrendo como o que está ocorrendo agora* (01/06/1988), o sujeito de F1 retira-se do cenário e dá a voz ao povo brasileiro, qualificando-o como sofredor. Em seguida, empresta a mesma voz ao seu partido político e fala como seu representante, abocanhando um quinhão desse sofrimento, falando como Deputado Federal. F1 não fala sozinho – temos novamente alguns enunciadores em cena: E1(F1) é os “milhões de habitantes” representados pelo deputado que se coloca como sensibilizado e disposto a lutar para mudar a situação do povo.

*Vão ter que se curvar como se curvaram no passado quando pensavam que eu tinha acabado para a política brasileira e tiveram que saber que o **povo** é mais inteligente do que a gente imagina neste país* (04/04/2003). Um grupo de enunciadores de oposição - EO, representado pela elipse do pronome “eles” antes do verbo ir (*vão*), pelo pronome “eles” antes do verbo curvar (*curvaram*), antes do verbo pensar (*pensavam*) e antes do verbo ter (*tiveram*). F2 dá a voz a uma FD parceira, incluída em *povo* e instaura a inclusão, quando se insere em *a gente*.

Povo4 - Massa de manobra

Façamos um retorno aos três primeiros níveis de referência discursiva: Em **povo1**, o *povo* é aquele que apoia, em **povo2**, aquele que se sacrifica e em **povo3**, aquele que integra o país. Mas em **povo4**, o *povo* reaparece como sujeito à manipulação

de terceiros, como massa de manobra política, é a camada mais pobre da população, aquela classe constituída por pessoas sem instrução, que “vai pela cabeça dos outros”.

LP- Eu tenho consciência de que foi o **povo** pobre deste país que me elegeu. E é para o **povo** pobre deste país que nós temos que dedicar as prioridades para as nossas políticas.
(30/10/2003, Lagoa Seca-PB. Ato celebrando o programa Um Milhão de Cisternas Rurais).

LP- Eu sempre digo que parte da desgraça do **nosso povo** é dada pela quantidade de mentiras que ao longo da vida se contou para **este povo**.
(19/03/2004, Betim- MG. Visita à fábrica da Fiat Automóveis).

LP- Porque historicamente no Brasil, “eu vou dar cinquenta bilhões não sei para quem” é investimento; “eu vou dar quarenta milhões não sei para quem” é investimento, “eu vou dar não sei para quem” é investimento. Agora, quando é para dar um centavo ao **pobre**, é gasto. E na minha cabeça, e na minha consciência, cada real que a gente puder destinar a fazer um pouco de política assistencial, de fazer um pouco de política social, na forma em que for possível fazer, em função das necessidades, também dependendo da região das pessoas, nós temos que ver como investimento.
(05/12/2005, Brasília-DF. V Conferência Nacional de Assistência Social).

LP- Neste país tem um tipo de político que não gosta de pobre, tem um tipo de político que não respeita os trabalhadores, que acha que a gente dar dinheiro para a **pessoa** comprar arroz e feijão para comer é assistencialismo. É assistencialismo pra quem toma café da manhã, almoço, janta e ainda joga comida fora, que sobrou. Mas, para **quem** vive a pobreza neste país sabe o que significa uma criança tomar café com pão e manteiga, sabe o que significa uma criança tomar um copo de leite, sabe o que significa uma criança ir dormir com a sua barriga cheia. Quem vive fazendo política só na capital ou na universidade, ou quem fica fazendo política só em Brasília, não tem dimensão do Brasil real que nós enfrentamos.
(23/05/2006, Aguiarnópolis-TO. Vistoria às obras do trecho ferroviário Araguaína – Aguiarnópolis da ferrovia Norte-Sul)

LP- Tem alguns, Luiz Henrique [governador de Santa Catarina], que acham que o **povo** é tonto, tem alguns que acham que podem atravessar a televisão e fazer a cabeça do **povo**..., como se o **povo** precisasse de um intermediário, de um atravessador.
(20/03/2008, Florianópolis-SC. Lançamento do programa de revitalização do maciço do Morro da Cruz e de assinatura dos termos de doação de telecentros a municípios de Santa Catarina).

LP- Ora, nós precisamos saber que nós somos eleitos para governar para a parte mais **pobre**. Nós governamos para todos, mas a parte mais **pobre** tem que ter a nossa preferência para que ela deixe de ser pobre. Quando ela deixar de ser pobre, ela vai virar consumidora, ela vai comprar, a empresa vai produzir, o mercado vai vender, vai ter mais um emprego, mais um salário, mais um consumidor.
(09/05/2008, Salvador-BA. Assinatura do Pacto federativo do programa Territórios da Cidadania).

É necessário afirmar que **Povo4** – maioria silenciosa e manipulável – é concebido como profundamente suscetível à demagogia praticada pelo sujeito de F2, marcando o retorno do discurso populista. “*nós precisamos saber que nós somos eleitos*”

*para governar para a parte mais pobre” (09/05/2008) Deste modo, o discurso a que se refere **Povo4** em F2 funciona como engodo para ocultar a manobra de um grupo político, que deseja permanecer no poder por muito tempo.*

Outra manobra de F2 manipulador é ao afirmar “*E é para o povo pobre deste país que nós temos que dedicar as prioridades para as nossas políticas (30/10/2003).*”

Aqui F2 volta a estabelecer uma estreita relação com a população mais pobre, mais sofrida, já que ele procura incluí-la no arsenal de elogios e palavras enaltecidas; então ele se coloca como o sujeito que consegue resolver todos os problemas sociais, políticos e econômicos do país.

O discurso proferido por F2 pauta-se pela informalidade, com o emprego de comparações e da argumentação; F2 utiliza episódios tirados de sua história de vida, marcada pela superação da condição de extrema pobreza que viveu na infância e na adolescência na região Nordeste, para assumir um papel de político relevante no cenário nacional. Na sequência *Neste país tem um tipo de político que não gosta de pobre, tem um tipo de político que não respeita os trabalhadores, que acha que a gente dar dinheiro para a pessoa comprar arroz e feijão para comer é assistencialismo*, o sujeito de F2 instaura o processo de exclusão, quando se refere ao grupo de enunciadores EO, *um tipo de político que não gosta de pobre, além de um tipo de político que não respeita os trabalhadores*. Inclui-se, como protetor dos pobres em *a gente* e faz uma crítica a quem chama de *assistencialismo* o fato de ajudar a camada pobre da população que, por não ter muita instrução, acredita em tudo que F2 afirma.

Há um processo interessante ocorrendo em “*eu vou dar cinquenta bilhões não sei para quem*” é *investimento*; “*eu vou dar quarenta milhões não sei para quem*” é *investimento*, “*eu vou dar não sei para quem*” é *investimento* (05/12/2005), quando o sujeito de F2 instaura o pronome *eu* como EO e promove a entrada de outro grupo que é *não sei para quem*. A pista que se levanta de que ele se refere ao grupo de opositores encontra-se na palavra *investimento* que, logo na sequência é chamada novamente ao discurso, mas agora dirigida a outro público, os *pobres*. Antes, *bilhões* e *investimento* se complementa; agora, trata-se do investimento na camada pobre da população.

E, por fim, na sequência *tem alguns que acham que podem atravessar a televisão e fazer a cabeça do povo...*, como se o *povo* precisasse de um intermediário, de um *atravessador* o sujeito de F2 sai totalmente de cena, num processo de exclusão, dando a palavra ao *povo* que não precisa de intermediário. EO está presente em *alguns acham que podem*, quando EO os traz à cena, chamando-os de *manipuladores*.

Ainda se pode perceber a presença de enunciadores EO na sequência *Eu sempre digo que parte da desgraça do **nosso povo** é dada pela quantidade de mentiras que ao longo da vida se contou para **este povo***, onde o sujeito de F2 se coloca como paladino da verdade em *eu sempre digo* e dá a voz a EO novamente em *desgraça do **nosso povo** e quantidade de mentiras que ao longo da vida se contou para **este povo***. No recorte, o sujeito de F2 se apropria da voz do povo, tornando-se seu porta-voz, para fazer uma denúncia aos autores das mentiras contadas ao povo, causadoras de sua desgraça. É pessoa discursiva onisciente, decide por **Povo4**, mas difere profundamente dos outros, pois suas posições não são oriundas da mesma fonte, não vêm do mesmo discurso, e seus discursos são falados por formações ideológicas em confronto.

Mediante o exposto, o discurso de Lula reforça a ideologia do partido, relacionando-o, sempre, com sua história de vida como forma de criar uma identificação mais forte com os brasileiros, mas especificamente, com as classes menos favorecidas economicamente, abrangendo enfim, a maioria dos sujeitos-cidadãos.

Povo 5 – Sociedade civil organizada

A vitória eleitoral do PT – Partido dos Trabalhadores – despertou enormes esperanças de mudança social e política no Brasil. A eleição de Lula teve o apoio de inúmeros movimentos sociais, entre eles o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – cujas expectativas influenciaram constantemente a ação do novo governo.

A difícil situação econômica e a manutenção dos acordos com o FMI – Fundo Monetário Internacional – conduziram a um aprofundamento da dependência do país em relação ao capital especulativo internacional e importantes programas sociais como a reforma agrária foram restringidos pela severa política econômica do governo. Por outro lado, não há nenhum desafio para o governo Lula que esteja tão profundamente relacionado com a história do PT quanto o da reforma agrária.

Tanto o programa de governo “Um Brasil para Todos” – baseado nas ideias de crescimento econômico, geração de empregos e diminuição das desigualdades – como a concepção atualmente vigente do MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário – reconheceram a implementação de uma forma agrária massiva e qualificada com consonância com o fortalecimento do governo Lula.

LP- [...] Um sindicato que, ao mesmo tempo que defenda os interesses **daquele** que está entrando para trabalhar na porta de uma fábrica, se preocupe com **aquele** que já entrou na fábrica e que está vendendo cachorro-quente na porta da fábrica. Um sindicato que se preocupe com **aquele** que está na porta da fábrica, mas se preocupe também com **aquele** que está em casa, com criança que está em casa, que é resultado de muitas coisas que acontecem ou que não acontecem no mundo do trabalho, neste país. E um sindicato que comece a se preocupar com **aqueles** que querem trabalhar e não têm trabalho, com **aqueles** que querem comer e não têm comida, com **aqueles** que querem estudar e não têm escola, com **aqueles** que querem saúde e não têm acesso a médico, com **aqueles** que querem remédio e não têm dinheiro para comprar. [...].

(25/02/2003, Brasília – DF. Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea).

LP-[...] Passei grande parte da minha vida dizendo que o sonho que eu tinha de ganhar uma eleição era para ver se eu conseguia atender a todas as minhas reivindicações. E eu acho que ao longo de 30 anos, fiz todas as reivindicações que um ser humano pode fazer, seja junto ao **movimento sindical**, seja junto aos **movimentos populares**, seja como coparticipante de outros **movimentos da sociedade brasileira** [...].

(11/03/2003, Brasília – DF. Lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo).

LP- [...] Os **trabalhadores** eram muito desunidos. Nós íamos na porta de uma fábrica distribuir boletins, entravam quarenta mil trabalhadores dentro da Volkswagen, da Mercedes, da Ford, e às vezes eles nem paravam para pegar um boletim da nossa mão. Era como se o sindicato não existisse, era como se o sindicato atrapalhasse a vida dos trabalhadores. Você convocava uma grande reunião, numa categoria que tinha 150 mil pessoas, e apareciam meia dúzia de gatos pingados, e ainda não acreditavam no sindicato.

(12/04/2003, Maringá – PR. Inauguração da Indústria de Sucos da Cocamar).

LP- Se pegarem a revista IstoÉ, de 1978, há matéria ali sobre uma divergência minha com o padre Adelino e, depois, nós não só ficamos grandes amigos, como a igreja passou a ser o palco de todas as nossas lutas, porque em toda greve o sindicato sofria intervenção e **a gente** corria para dentro da igreja e lá estava a porta da igreja aberta, estava o salão paroquial aberto e era lá que **a gente** fazia a nossa distribuição de alimentos, era lá que **a gente** arrecadava alimentos, ou seja, a igreja passou a ser um sindicalista adjunto, por falta do sindicato legalmente constituído.

(01/05/2003, São Bernardo do Campo – SP. Comemoração dos trinta anos da sua posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC).

LP- Quando eu comecei a fazer sindicalismo **a gente** convocava as assembleia (sic) e ninguém aparecia. Nós fomos descobrindo e colocando na cabeça do trabalhador que era preciso que ele estivesse unido, para que nós pudéssemos conquistar algumas coisas. E em pouco tempo, nós conseguimos fazer o mais forte sindicalismo brasileiro.

(27/09/2003, Havana – Cuba. Encontro com estudantes brasileiros).

LP - Recebi as lideranças de todas as instituições religiosas e também do MST, do Grito da Terra, da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], da Marcha das Margaridas e, praticamente, de todas as entidades nacionais de empresários dos diversos setores. Minha agenda de trabalho tem sido um permanente encontro com a **sociedade brasileira**. (18/12/2003, Brasília – DF. Ato de Prestação de Contas do Ano de 2003)

LP- Naquele tempo, fazer sindicalismo era muito diferente de agora. Primeiro, porque o movimento político era muito delicado, não era um momento político em que qualquer um de nós podia falar o desaforo que

quisesse e ir embora. O momento político era muito delicado, as palavras eram medidas, os boletins eram fiscalizados e, portanto, **a gente** vivia sob uma pressão muito maior, uma fiscalização muito dura.

(18/04/2005, São Bernardo do Campo – SP. Comemoração dos trinta anos da sua posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC).

LP- E eu sei que todos nós que nascemos no movimento popular, e o próprio governador Paulo Souto [da Bahia], o prefeito de Eunápolis, se o prefeito vai ao governador e ele consegue uma coisinha, pode ficar certo que, um mês depois, ele estará pedindo uma coisa maior, pode ficar certo que depois vai ficar pedindo. Se o governador vai a Brasília pedir um dinheiro para ajudar o estado e eu der, pode ficar certo que, no mês seguinte, ele vai com um pedido maior. Podem ficar certos. Ora, da mesma forma que eu tenho consciência que, no movimento social, a luta é quase que infinita. Quanto mais **a gente** conquista, mais **a gente** tem vontade de conquistar. Então, não pensem que eu fico chateado porque **a gente** pode fazer os acordos sem precisar até de muito barulho. Até porque, às vezes, eu acho que sem barulho ele pode sair melhor.

(28/09/2005, Santa Cruz de Cabralia- BA. Visita ao assentamento Lulão).

LP - O ministro Miguel Rossetto [ministro do Desenvolvimento Agrário], eu e outros companheiros nos reunimos muito com o **MST**. Trata-se de um movimento muito importante, muito sério, mas hoje a questão da terra não está apenas nas mãos dos sem-terra. Mudou a conjuntura nos últimos dez anos.

(07/12/2005, Brasília – DF. Entrevista coletiva às emissoras de rádio Band AM e Bandnews FM, CBN e Jovem Pan, no Palácio do Planalto).

LP- Houve um tempo que eu defini, na minha cabeça, que o sindicalismo [...] que o sindicato era um órgão eminentemente de contestação. O fato de **a gente** ir na porta da fábrica falar mal do empregador e falar mal do Governo já nos dava o direito de dizer que éramos bons dirigentes sindicais. Hoje, o sindicato precisa ser algo mais do que apenas um sindicato de contestação. Obviamente que ele pode contestar e é o papel dele. Mas obviamente que um papel sagrado do sindicato hoje é, além do contestar, ter capacidade de fazer propostas que possam significar melhoria para a sua própria categoria.

(21/05/2006, São Paulo – SP. Inauguração da sede do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo).

O **Povo5**- refere-se aos movimentos organizados como o MST (Movimento dos Sem-Terra), ONG (Organizações Não Governamentais) e sindicatos em geral.

Trata-se de um discurso *sobre o povo*, mas, agora, de um povo dotado de voz institucionalizada, desejo e anseio, ou seja, capaz de reivindicação e de decisão, como se percebe no recorte de 25/02/2003 *E um sindicato que comece a se preocupar com aqueles que querem trabalhar e não tem trabalho, com aqueles que querem comer e não têm comida, com aqueles que querem estudar e não tem escola, com aqueles que querem saúde e não tem acesso médico [...]*.

Neste recorte, F2 refere-se a *aqueles* como parte do povo que reivindica, que requer trabalho, educação e saúde. E exclui os brasileiros que têm tudo o que ele reivindica para os que não têm. Tem-se, na sequência acima, uma busca à memória discursiva, que leva a um interdiscurso – o sujeito de F2 dá a voz ao sujeito de F1, à função exercida por ele anos atrás, a de sindicalista. Nesse nível referencial, o sujeito de

F2 não se apresenta como porta-voz do povo, como se faz em **Povo2**. Apenas refere ao *outro* e inclui ao seu discurso o discurso do sindicato.

Já no recorte de 18/04/2005, F2 continua buscando a memória discursiva, quando dá a voz, novamente à F1, em *a gente vivia sob uma pressão muito maior, uma fiscalização dura*. Percebe-se que F2 faz uma referência ao tempo em que nem sempre a vontade do *povo* coincidia com os desejos dos governantes. Vale dizer que essa sequência constrói-se sobre o reconhecimento dos direitos de cidadania do povo, silenciados pelo governo. Assim, o povo em **Povo5** inicia sua caminhada discursiva rumo ao direito de ter uma voz diferente da voz do poder. Aí se instaura a recuperação discursiva de seus direitos.

No recorte de 21/05/2006, F2 refere-se *a gente ir na porta da fábrica falar mal do empregador e falar mal do Governo*. Há exclusão de F2. O interdiscurso nos autoriza dizer que, enquanto sujeito de F1, podia reivindicar nas portas de fábricas, pontos de ônibus, fazer piquete nos pátios das montadoras. Enquanto investido na função presidente, o sujeito de F2 tem um comportamento discursivo diverso, age de maneira diferente *“Hoje o sindicato precisa ser algo mais do que apenas um sindicato de contestação”*. Ou seja, no tempo que F1 era **Povo5**, qualquer reivindicação seria permitida e aceitável.

Considerações Finais

A Análise do Discurso de orientação francesa é um campo que não tem fronteiras definidas por ser muito heterogênea, de modo que uma das tarefas do analista é demarcar procedimentos de análise ou proceder a recortes.

Numa sociedade há relações de classe que implicam certas posições políticas e ideológicas que, por sua vez, incluem formações discursivas que determinam o que pode e o que deve ser dito, considerando certas posições na conjuntura social. É por meio dessas formações discursivas não estabelecidas que se pode reconhecer nos textos o cruzamento de vários discursos e ao mesmo tempo, a dominância de um discurso.

É no espaço das formações discursivas atravessadas pela dimensão ideológica que se reconhece a manifestação de gêneros específicos, como, por exemplo, um discurso de posse; é também com relação a esses espaços do discurso que se processa o que se chama “assujeitamento” – o condicionamento do sujeito à ideologia e ao inconsciente.

A Análise do Discurso incorporou, nos discursos, o sujeito enunciador, que ocupa determinadas posições e, naturalmente, tem sua voz influenciada pelo que se espera a partir da posição que assume de dada formação discursiva.

É importante mencionar também que os textos sempre dialogam com outros textos, manifestando a heterogeneidade. Com efeito, toda manifestação de discurso na forma de texto é vista como acontecimento de caráter social e histórico. Uma vez que tais manifestações estão associadas a formações discursivas, é também nesse espaço que se encontram as possibilidades de circulação e de conservação dos discursos; então o discurso surge em função histórica, da ideologia e do sujeito.

Antes de qualquer ponderação a respeito desta análise, é importante dizer que analisar discurso não nos dá autonomia para retratar a consciência do todo, não nos capacita como juízes irrepreensíveis diante da linguagem, mas nos permite um estado de reflexão e uma relação mais prudente com ela, não apenas com a linguagem, mas com o sujeito, a ideologia, a história.

Consideramos que os discursos políticos foram analisados em diferentes aspectos: na sua interioridade, considerada como representação da subjetividade e na sua relação com a exterioridade, considerada como representação da heterogeneidade e, portanto, da interdiscursividade.

Vimos como a exterioridade mobilizada pela relação de confrontos entre FD1 e FD2 foi presidida interdiscursivamente por uma memória que remete as oposições para

a posição do *Outro* enquanto diferença necessária para a confirmação do *Mesmo*. Paralelamente, o inverso – a remissão da direita para a posição do *Outro* – o contrário – é também diferença necessária para a reafirmação do *Mesmo*.

A pesquisa sobre a primeira fase dos discursos de Lula, classificada por muitos como de extrema esquerda, mostra que o período de sindicalismo é caracterizado por uma formação ideológica emergente, com fundamentos no marxismo, que cobrava liberdade de expressão e criticava a exploração das massas pelos detentores do capital. A situação brasileira, na época, foi relevante para que a manifestação das ideias ocorresse de forma contestadora. O país vivia o regime de exceção na Ditadura Militar e diversos movimentos populares clandestinos discutiam uma forma de acabar com aquele sistema, restabelecendo a democracia. O sindicalismo, nesse contexto, destacou-se pela organização da classe operária, findando com a realização de greves nacionais que contagiaram outras categorias.

Influenciada pelo contexto e pela ideologia, a formação discursiva de Lula manifestou informalidade, predominância de metáforas e comparações e da argumentação pelo exemplo, superação, direção, ligação simbólica e causalidade. O auditório era basicamente formado pela classe trabalhadora assalariada, que firmou acordos com o orador quanto à luta pela liberdade de expressão e pela melhoria das condições de trabalho.

Entendemos a dimensão do político como relacionada às práticas de constituição e organização do poder nas formações sociais, sendo que uma dessas práticas relaciona-se ao ato de ‘tomar a palavra’ com o objetivo de legitimar, sedimentar certos sentidos e apagar outros. Isso posto, não desvinculamos a política dos processos de produção de sentidos da prática política que pode “pelo discurso transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (Henry, 1990, p.24).

Com a criação do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 80, os discursos articulavam questões mais abrangentes, como a organização política e as decisões na área econômica. As condições de produção correspondiam ao início da abertura democrática no Brasil e à organização das classes populares e o PT foi o primeiro partido a se manifestar na campanha pelas “Diretas Já”, realizada em 1984. Com isso, a ideologia dominante na formação do partido correspondia a princípios socialistas, com manifestações por condições iguais de oportunidades, pela distribuição de renda e por direitos políticos. Com a retomada da democracia no Brasil, vieram as eleições diretas à presidência da república, todas apresentando a candidatura de Lula. E

as estratégias petistas nas campanhas eleitorais apresentaram modificações com o passar dos pleitos.

Nas duas últimas eleições para presidente da república o PT se abriu para acordos com outros partidos de esquerda, ao contrário da primeira disputa. O período é considerado de transição apontando para o amadurecimento político do Partido.

Inicia-se, então, aqui, o processo de heterogeneidade. O PT admite, em seus discursos, outros, que representavam formações ideológicas diversificadas. As regularidades discursivas oriundas da Formação Ideológica petista, antes existentes nos discursos de Lula deixam de existir e ele passa a falar aquilo que o povo brasileiro queria ouvir e a tomar atitudes que criticava em outros presidentes brasileiros.

No discurso, havia comparações e Lula começou a citar trechos de sua história, consolidando o símbolo de esperança de que se apossou. O conteúdo das falas ainda se referiu às bases populares, entretanto, ganhou ênfase a política econômica do país, tema que nos períodos anteriores era tratada genericamente, ou com propostas que eliminariam se aprovada, o sistema vigente. Nesse momento, há uma reformulação da imagem do candidato, passando a apresentar um perfil mais conciliador, moderno e plural.

O discurso mais amplo é constatado pela variedade de públicos citados e por expressões como “conversei” e “aprendi”, indicando ponderação. Há uma tentativa de sensibilização com a explanação da viagem pelo país buscando provar o conhecimento do então candidato das causas populares brasileiras. Lula deixa, então, de ser apenas líder do PT para ser presidente do país.

Durante o primeiro ano de governo, o Presidente Lula se fundamentou em valores comuns à humanidade, como a justiça social e liberdade, o que revela uma permanência em relação aos períodos anteriores. Entretanto, outras questões antes inimagináveis de serem pronunciadas por ele, foram inseridas. Exemplo é a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que também dividia responsabilidades, especialmente com a iniciativa privada; anteriormente essa questão, na visão de Lula, era atribuída somente ao governo.

A justificativa de aceitar “investimentos produtivos de empresas nacionais e estrangeiras” encontra-se na inclusão social que, por outro lado, apresenta relação de dependência com o capital estrangeiro Lula afirmava que: “este salto de qualidade não vai acontecer pela simples vontade do governo e da população”. A admissão disso contrariava a prerrogativa do socialismo democrático pregado pelo PT.

O Presidente aderiu a uma lógica de mercado defendendo publicamente a entrada de capital privado e/ou estrangeiro no Brasil. Entretanto, não se esqueceu de enfatizar sua preocupação com as questões sociais. Essa combinação comprova o distanciamento do discurso sindical e das origens petistas ao se aproximar de uma plataforma social-democrata.

No livro intitulado Dicionário Lula: Um presidente exposto por suas próprias palavras (2009, p.19), o jornalista Ali Kamel enfatiza que é capaz de mostrar o que Lula diz pensar sobre os mais variados temas e não exatamente o que ele pensa de fato desses mesmos temas; tal postura demonstra que o radicalismo presente em fases anteriores de Lula exauriu.

O poder de persuasão dos discursos de Lula é inexplicável mesmo aos mais ácidos críticos de Lula, ninguém duvida de sua imensa capacidade de comunicação. Esse é um dos mais relevantes traços de manobra do ex-presidente: fazer-se entender de modo simples e eficaz, tanto pelo erudito quanto pelo iletrado. Pode-se discordar do que ele fala, mas não há como negar que ele se comunica e persuade com extrema competência. A novidade que a leitura de seus discursos revela é que ele tem um novo método de discursar: “o método Lula de discursar” (KAMEL, p.23). Portanto, em tudo que ele discursa, quase sempre, mostra que Lula sabe o que faz, por que faz e onde faz: seu objetivo é comunicar-se com todos, mas, prioritariamente, com o “povão”, (*Ibidem*) que compõe a massa de cidadãos. Para isso, Lula transforma o que muitos veriam como deficiência – sua sintaxe popular e sua falta de sofisticação gramatical – numa poderosa arma de comunicação e persuasão, por que não manipulação.

O presidente Lula passa a falar por metáforas de fácil entendimento, que remetem ao dia a dia das pessoas: a casa, a família, o trabalho, o futebol, a luta pelo ganha-pão, uma arma que ele usa de modo absolutamente deliberado. “*Como às vezes, nem todo mundo entende palavras difíceis, eu prefiro utilizar coisas do dia a dia, que nós dizemos*”. (Lula, na abertura do 4º Congresso de Metalúrgicos do ABC, em 26 de junho de 2003). Trata-se, quase sempre, de uma linguagem que o povo entenda, simples e convencional.

Durante as três décadas analisadas, a argumentação de Lula aliada à fundamentação em valores universais modificou-se muito.

Por último, há uma coerência primordial: sua fala depois de eleito tem pouco a ver com o que passou anos dizendo desde a fundação do PT e há também a discrepância entre as promessas do início do Governo e as justificativas usadas para explicar dificuldades de implementá-las.

Observou-se, ao longo dessa abordagem, que políticos, governantes e formadores de opinião fazem uso da palavra para convencer, dominar e construir o *ethos* desejado. Quanto mais apurado o domínio, e isto não quer dizer domínio da norma culta, e o conhecimento dos recursos oratórios, mais eficaz o empreendimento.

Após as análises efetuadas ao longo do percurso percorrido, tentou-se explicitar as reflexões teóricas e situar o lugar de onde se pretendia fazer a leitura de uma prática discursiva – os discursos de Luiz Inácio Lula da Silva – para verificar o seu funcionamento concreto.

No discurso analisado, **NÓS** é dotado de um referencial difuso, que permite a instauração não só da indeterminação, como também da ambiguidade que decorre do fato de uma mesma forma poder apresentar referentes tão diversificados. Parece lícito afirmar que ocorre uma dicotomia, uma dicotomia que se projeta sobre os diferentes níveis referenciais de **NÓS**: **NÓS1**, **NÓS2**, **NÓS3**, **NÓS4** representa o homem público, que representa, o povo pobre e oprimido. **NÓS**, a institucionalização.

Assim como **NÓS**, **POVO** também possui, como se pode perceber, um quadro referencial muito amplo, resultando daí de um grau de ambiguidade bastante elevado, que converte este item lexical em um instrumento político muito eficaz. Por meio dele mobilizam-se o apoio, a colaboração, a força de trabalho, o sacrifício de *outro* aparentemente genérico, mas que, de fato, possui especificidade variada. O item lexical **povo**, semanticamente multifacetado, desempenha papel essencial no jogo enunciativo de F1 e F2. Por meio dele, constrói-se a ilusão de um discurso cujo sujeito leva em conta a interlocução política, seja assumindo a função de porta-voz do **POVO1** ou de mediador de **POVO2**, seja ainda relatando o discurso de **POVO5**.

No jogo enunciativo do corpus em análise, ao empregar **POVO1** sugere-se que se trata de **POVO3**. Desse modo, a representação do *outro* como povo reflete sobre o sujeito de F2 e põe em relevo a imagem da democracia, o que encobre a relação de dominação que lhe subjaz. Em outras palavras, F2 simula, por meio de seu discurso, o poder que exerce sobre o povo.

Finalizando, as nossas hipóteses confirmam-se. Fiorin afirma que “a presença de um único enunciador garante uma certa homogeneização do discurso” (1988, p.19). Esse consenso resume-se em negar um discurso antagônico, de neutralizar as possíveis diferenças em face da concentração de esforços que o obstáculo externo obriga.

Diante do exposto, concluímos que não há discursos fechados e incomunicáveis. Os discursos interpenetram-se constantemente, instaurando espaços privilegiadamente heterogêneos. O que ocorre são efeitos de homogeneidade ou de heterogeneidade,

produzidos em função do modo como a linguagem é mobilizada pelo sujeito do discurso em seu trabalho de construção de sua representação, representação que faz do *outro* e da relação que estabelece com o *discurso-outro*.

Notas

A Fundação do Partido dos Trabalhadores

¹- Ou ao menos se lamentava assim o Deputado Federal Edson Khair (RJ), presente no encontro (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1980, p.3).

²- B. Fausto, *História do Brasil*, São Paulo, Edusp, 1996, p. 485.

³- M. Santos, *A Urbanização Brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1993.

⁴- C. Benjamin e T. B. Araújo, *Brasil: Reinventar o Futuro*, Rio de Janeiro, Sindicato dos Engenheiros, 1995, p.36.

⁵- Frei Betto. *Lula: Biografia Política de um Operário*, São Paulo, Estação Liberdade, 1989, p.33.

⁶- Franciso C. Weffort, "Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco 1968", *Cadernos Cebrap*, pp.23-24.

⁷- Depoimento de Gilson Menezes, *História Imediata*, n.2, São Paulo, 1979.

⁸- Entrevista de Lula, *Brasil Revolucionário*, ano IV, n.19, São Paulo, Instituto Mário Alves, ago./set.1995.

⁹- F. Fernandes, *O PT em Movimento*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991, p.40.

¹⁰- Vide F. B. Macedo, *Vidas Operárias: Redes Informais de Sociabilidade e Formação da Classe Operária em São Bernardo do Campo (1960-1980)*, São Paulo, USP, 2007.

¹¹- Lula, "As Greves se Alastrarão por Todo o Brasil", *Cadernos do Presente*, n.2, São Paulo, jul.1978, p.75.

¹²- Lenir F. Viscovini, *A. Política Cultural do Partido dos Trabalhadores em Santo André: Da Inovação à Tradição*, Unicamp, 2005, p.30, dissertação de mestrado.

¹³- Idem.

¹⁴- Pere Petit. *A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará, São Paulo*. Boitempo, 1996, p.142.

¹⁵- *Documentos Básicos do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, 1991.

¹⁶- Paulo H. Martínez, "O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado", em D. A. Reis e M. Ridenti (orgs.), *História do Marxismo no Brasil*, vol.6, 2007, p.246.

¹⁷- Vários autores, *Socialismo em Debate*, São Paulo, Instituto Cajamar, 1988, p.259.

¹⁸- D. Paraná, *op.cit.* p.102.

¹⁹- Paulo, USP – Le Marx, 2010; F. Oliveira, em E. Sader (org.), *E Agora PT?*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p.II.

²⁰- *Frente Operária*, n.419, jul.-ago. 1983.

²¹- Jornalista e militante de esquerda que atuava no ABC.

²²- PT Curitiba, órgão da Coordenação Municipal Provisória, dezembro de 1985.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre “Memória e Produção Discursiva do Sentido”, in ACHARD, P. et alii, *Papel da Memória*: trad. e introd. José Horta Nunes, Campinas- São Paulo: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1992.
- AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*/Ruth Amossy (org). São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDRADE, Sérgio de. *Como vencer eleições usando a TV e rádio*. São Paulo: Nobel, 1996.
- AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer : palavras e ação*. Trad. de Danilo M. S. Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J “Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours”. Em *DRLAV- Revue de Linguistique*, 26. Pp. 91-151, 1982.
- AUTHIER-REVUZ “Heterogeneidade(s) enunciativas(s)” In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19): 25:42, Unicamp, IEL, jul-dez, 1990.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo: Hucitec. 1981.
- BAKHTIN, M. “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da Criação Verbal*. Trad. de Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*. Vol. II. Trad. Eduardo Guimarães et al.; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas São Paulo: Pontes, 1989.
- BETTO, Frei. *Lula: biografia política de um operário*. 7ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- BRAIT, B. “O texto irônico: fundamentos teóricos para leitura interpretação”. In: *Letras, Propostas de Estudos Avançados em Linguística e Literatura*. UFSM, 1998.
- BORGES, Maria Cristina Ramos Borges *Rondônia: O Funcionamento Discursivo da Emancipação do Estado*. UNICAMP, Campinas, 2000.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Discursos do Deputado Lula na Constituinte – 1987/1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2010. Disponível em <http://www.camara.gov.br>.
- CAMPEL, Karlyn Kohrs; Jamieson, Kathleen Hall. *Deeds Done in Words, Presidential Rhetoric and the Genres of Governance*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- CARTA AO POVO BRASILEIRO. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/print/2324>. Acesso em 17/07/2012.
- CARTA DE PRINCÍPIOS. Disponível em www.pt.org.br. Acesso em 15/10/2012.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*.

- Coordenação de tradução Fabiana Komesu. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CAVALCANTI, Luiz Otávio. *O que é o governo Lula*. São Paulo. Landy Livraria Editora e Distribuidora Ltda. 2003.
- CITELLI, Adilson. *Linguagens e Persuasão*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CONRADO, Francieli. *Sentidos discursos dos programas sociais do governo Lula* http://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewPDFInterstitial/1293/1416. Acesso em 17/04/2013.
- COURTINE, J.J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langage* (62). Paris, 1981a.
- COURTIN E, J.J. & MARANDIN, J.M. “Quel objet pour l’analyse du discours?” In: *Matérialités discursives*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981b.
- DUCROT, O. *Dizer e não dizer. Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DE CERTEAU, M. “A operação histórica”. In LE GOFF, P.& NORA, P. *História. Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- DUCROT, O. *Dizer e não dizer. Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- FIORIN, J. L. *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. 1ª Ed. São Paulo: Atual, 1988.
- FOLHA.COM. São Paulo, 06/09/2009. Folha Mercado. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acesso em 25/02/2013.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Sírio Possenti. Ijuí, FIDENE, 1973.
- GREGO, Eliana Alves. *A construção do sujeito em sua trajetória política: A identidade de um candidato à presidência da república*. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3930>. Acesso em 26/11/2012.
- JORNAL DO CORREIO BRAZILIENSE, 10 de abril de 2004.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de posse no Congresso Nacional. Quinta-feira, 2 de janeiro de 2003.
- GADET, F & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo. Ed. da Unicamp, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUESPIN, Louis. “Nous, la langue et l’interacion”. In: *Mots*.(10). Paris, mars, 1985.

HALLIDAY, Tereza L. *Retórica e política: a questão da responsabilidade*. In. MATOS, Heloiza (org) *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Sritta, 1994.

HENRY, Paul “Sentido, Sujeito, origem”. In: ORLANDI, Eni (1993). (org). *O Discurso Fundador* Campinas, São Paulo: Pontes, p.151, 1985.

INDURSKY, Freda . *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1997.

JORNAL DO CORREIO BRAZILIENSE, 10 de abril de 2004.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de posse no Congresso Nacional. Quinta-feira, 2 de janeiro de 2003.

KAMEL, Ali *Dicionário Lula: Um presidente exposto por suas próprias palavras*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009.

KICINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica – Ética no Jornalismo Brasileiro*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.

LIMA, M.E. A.T. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

MAINGUENEAU, D “*Análise de Discurso: a questão dos fundamentos*” *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. Campinas São Paulo: IEL, Unicamp. Pp.65-74, 1990.

MAINGUENEAU, D “*Análise de Discurso: a questão dos fundamentos*” *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. Campinas São Paulo: IEL, Unicamp. Pp.65-74, 1990.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas São Paulo: Pontes, 1993. (trad. de Nouvelles tendances en analyse du discours).

MARIANI, B.S.C. *Imprensa de 1930 e memória história: uma questão para a Análise do Discurso*. Tese de Mestrado. IEL. Unicamp, 1988.

ORLANDI, E.P. “*Segmentar ou cortar*”? *Série Estudos Uberaba*, (10): 9-26 Faculdade de Uberaba, MG, 1984.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento* 2ª ed. rev. e aum. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987b.

ORLANDI, E.P. *Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo*. Eni Orlandi, Eduardo Guimarães, Fernando Tarallo. São Paulo: Cortez, 1989.

OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kayrós, 1979.

PANK, Luciana. *Lula, de sindicalista a Presidente da República: as mudanças no discurso políticos sob a perspectiva da temática emprego*. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/page/panke-luciana-lula-de-sindicalista-a-presidente.pdf. Acesso em 19/03/2013.

PARANÁ, Denise. *Lula- O Filho do Brasil*. 3ªed. São Paulo. Ed. Perseu Abrama, 2009.

PÊCHEUX, M. “Análise do discurso: três épocas”. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por*

uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel_Pêcheux. Campinas - São Paulo: Editora da Unicamp, 1983.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. & FICHANT, M. *Sobre as histórias das Ciências*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

PÊCHEUX, M. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. “Análise automática do discurso (AAS-69)”, In: GADET, F & HAK, T (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993, pp61-161.

PÊCHEUX, M e FUCHS, C. “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas”. In: GADET, F & HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas-São Paulo: Pontes, Ed. da Unicamp, pp. 163-252,1993.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Nação e Nacionalismo no Discurso do Presidente Lula*. www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/.../Laurindo%20M%eacute;%20Pereira.p.. Acesso em 20/10/2012.

PERELMAN, Chain. *Tratado da argumentação – nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1986.

POSSENTI, S. “Apresentação da análise do Discurso”. In: *Glotta*, 12. São José do Rio Preto, UNESP, pp. 45-59, 1990 a.

POSSENTI, S. “Perguntas em torno de quatro temas” In: Caderno de Estudos Linguísticos, 19. Campinas, IEL, Unicamp, pp.97-115,1990b

POSSENTI, S. “O dado dado e o dado dado”. Apresentado em Seminário do Projeto de Aquisição da Linguagem. Campinas, Unicamp/IEL, 1993.

SAUSSURE, F. de (1974). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo, Cultrix.

SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. 2ª ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2011.

SILVA, Francisca Jarlene Antunes. (2010) *Alguns Fragmentos de Pronúncias de Lula Sob Uma Perspectiva Discursiva* Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em <http://ebookbrowse.com/alguns-fragmentos-de-pronunciamentos-de-lula-sob-uma-perspectiva-discursiva-francisca-jarlene-antunes-silva-pdf-d103849933>

SOARES, Murilo C. *Lula na TV: Aspectos e Limitações da Retórica Eleitoral do PT*. Disponível em <http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=0&fcodigo=758>

SOUZA, Sara Daniela Barbosa de. *A construção da imagem de Luiz Inácio Lula da Silva a partir dos seus discursos na Assembleia Nacional Constituinte*. Biblioteca Digital da Câmara dos

Deputados – Centro de documentação e Informação – Coordenação de Biblioteca, 2010.
Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

STUCKEY, Mary E. *Defining Americans: The Presidency and National Identity*.
Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. *História no Plural*. 1ª Ed. Editora UNB, 1994.

TULLIS, Jeffrey K. *The Rhetorical Presidency*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1987.